



Ministério da Administração Interna  
**POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
Comando Distrital de Polícia de Aveiro



# *Avaliar as Respostas aos Problemas:*

*Um Guia Introdutório para Solucionadores de Problemas Policiais*

No original:  
"Assessing Responses to Problems:  
An Introductory Guide for Police Problem-Solvers"

De

**John E. Eck**

**COPS**  
COMMUNITY ORIENTED POLICING SERVICES  
U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE

[www.cops.usdoj.gov](http://www.cops.usdoj.gov)

[cpaveiro@psp.pt](mailto:cpaveiro@psp.pt)

[www.psp.pt](http://www.psp.pt)

Tradução: Chefe Evaristo Ferreira

[ijefferreira@psp.pt](mailto:ijefferreira@psp.pt)

[chefevaristo@gmail.com](mailto:chefevaristo@gmail.com)

CDPAVR/SPPP

Janeiro – 2013





# **Avaliar as Respostas aos Problemas:**

*Um Guia Introdutório para Solucionadores de Problemas Policiais*

**John E. Eck**

*Este projeto foi apoiado, através do acordo de cooperação N.º 99-CK-WX-K004, pelo Office of Community Oriented Policing Services (the COPS Office), do U.S. Department of Justice. As opiniões aqui expressas são as do autor e não necessariamente representam a posição oficial do U.S. Department of Justice. As referências a companhias, produtos, ou serviços específicos não devem ser consideradas como de apoio a esses mesmos produtos pelo autor ou pelo U.S. Department of Justice. Em vez disso, aquelas referências são meras ilustrações para suplementar a discussão dos assuntos.*

*As referências da internet citadas nesta publicação eram válidas há data da sua publicação original. Dado que os URL's e os websites estão em constante mudança, nem o autor nem o COPS Office podem garantir a sua atual validade.*

*© 2010 Center for Problem-Oriented Policing, Inc. O U.S. Department of Justice reserva-se no direito de, mesmo numa base de royalty-free não exclusiva e irrevogável, licenciar a reprodução, a publicação, ou outra qualquer utilização, e autorizar outros a usarem esta publicação para propósitos governamentais federais. Esta publicação poderá ser livremente distribuída e utilizada para propósitos não comerciais e educacionais.*

[www.cops.usdoj.gov](http://www.cops.usdoj.gov)

ISBN: 1-932582-19-3

Originalmente publicada em setembro de 2003

Atualizada em agosto de 2011

## Conteúdo

<i>Acerca da série de instrumentos para resolução de problemas</i> . . . . .	5
<i>Agradecimentos</i> . . . . .	8
<i>Introdução</i> . . . . .	9
<i>A que é que este guia se refere</i> . . . . .	9
<i>Avaliação e tomada de decisão</i> . . . . .	10
<i>O papel da avaliação na resolução de problemas</i> . . . . .	12
<i>Tipos de avaliação</i> . . . . .	14
<i>Avaliação do processo</i> . . . . .	14
<i>Avaliação do impacto</i> . . . . .	15
<i>Interpretação das avaliações do processo e do impacto</i> . . . . .	16
<i>Realizar avaliações do impacto</i> . . . . .	18
<i>Medidas</i> . . . . .	18
<i>Medidas quantitativas</i> . . . . .	18
<i>Medidas qualitativas</i> . . . . .	18
<i>Validação das medições</i> . . . . .	19
<i>Selecionar medidas válidas</i> . . . . .	21
<i>Critérios para alegações de causa</i> . . . . .	22
<i>Existe uma explicação plausível sobre como a resposta reduziu o problema</i> . . . . .	22
<i>A resposta e a dimensão do problema estão relacionadas</i> . . . . .	24
<i>A resposta ocorre antes do problema diminuir</i> . . . . .	25
<i>Não existem justificações alternativas plausíveis</i> . . . . .	26
<i>Esquemas avaliativos</i> . . . . .	28
<i>Esquema pré-pós</i> . . . . .	28
<i>Esquema de série temporal interrompida</i> . . . . .	30
<i>Selecionar e combinar esquemas</i> . . . . .	32
<i>Deslocalização do crime e das incivildades e difusão espacial dos benefícios da prevenção criminal</i> . . . . .	33
<i>Conclusões</i> . . . . .	36
<i>Anexo A: Os efeitos do número de períodos de tempo sobre a validade das conclusões da avaliação</i> . . . . .	37
<i>Anexo B: Esquema avaliativo com grupos de controlo</i> . . . . .	40
<i>Anexo C: Calculando o efeito líquido da resposta</i> . . . . .	43
<i>Anexo D: Sumário das forças e fraquezas de um esquema avaliativo</i> . . . . .	44
<i>Anexo E: Checklist para avaliação da resolução de problemas</i> . . . . .	45
<i>Notas finais</i> . . . . .	52
<i>Referências</i> . . . . .	53
<i>Acerca do autor</i> . . . . .	55
<i>Leituras recomendadas</i> . . . . .	56
<i>Outros guias policiais orientados para os problemas</i> . . . . .	58

## ***Acerca da Série de Instrumentos para Resolução de Problemas***

*A série de guias sobre instrumentos para a resolução de problemas é uma de três séries de Guias Policiais sobre Policiamento Orientado para a Resolução dos Problemas. As outras duas englobam os guias sobre problemas específicos e os guias de respostas.*

*Os Guias Policiais sobre Policiamento Orientado aos Problemas resumizam os conhecimentos existentes acerca da forma como a polícia poderá reduzir os malefícios causados por crimes específicos e pelos problemas decorrentes de incivildades. São guias para prevenir problemas e para melhorar as respostas genéricas aos incidentes, não para investigar ofensas ou para lidar com ocorrências específicas. Os guias foram escritos para os policiais - de qualquer posto ou missão – que tenham que lidar com os problemas específicos cobertos pelos guias. Os guias serão da maior utilidade para os agentes:*

- Que compreendem os princípios e os métodos básicos do Policiamento Orientado para os Problemas (POP),*
- Que conseguem olhar para os problemas em profundidade,*
- Que têm vontade em considerar novas formas de executar o trabalho policial,*
- Que compreendem o valor e os limites dos conhecimentos pesquisados, e*
- Que têm vontade em trabalhar com outros organismos comunitários para encontrar soluções eficazes para os problemas.*

*Os guias/instrumentos resumizam os conhecimentos existentes acerca da recolha de Informações e das técnicas de análise que poderão ajudar a polícia em qualquer um dos quatro estádios de um projeto orientado para a resolução dos problemas: Identificação, Análise, Resposta e Avaliação. Cada guia:*

- Descreve o tipo de informação produzida por cada técnica,*
- Discute a forma como esta informação pode ser útil na resolução dos problemas,*
- Fornece exemplos do uso prévio da técnica,*
- Fornece orientações práticas acerca da adaptação da técnica aos problemas específicos a serem tratados,*
- Fornece modelos instrumentais para a recolha de dados (onde isto se aplicar),*
- Sugere maneiras para se analisar os dados recolhidos através da técnica,*
- Demonstra como se interpretar corretamente a informação e como a apresentar com eficácia,*
- Adverte acerca dos possíveis problemas éticos que surjam pelo uso da técnica,*
- Aborda as limitações da técnica quando usada pela polícia num projeto orientado para a resolução de problemas,*
- Fornece referências a fontes de Informações mais detalhadas acerca da técnica, e*
- Indica quando, ao usar-se a técnica, se deve procurar a ajuda de um perito.*

*Cada uma das técnicas abordadas nos guias/instrumentos é coberta por extensa literatura técnica e científica. Os guias/instrumentos pretendem fornecer a informação necessária acerca*

*de cada técnica de forma a habilitar a polícia, e outros, a usá-las no decurso da resolução de problemas. Na maioria dos casos, a informação recolhida no decurso de um projeto de resolução de problemas não necessita de suportar um escrutínio científico rigoroso. Quando e onde for necessária uma maior confiança nos dados, a polícia poderá necessitar da ajuda de um perito no uso das técnicas. Isto poderá ser encontrado, com frequência, nos departamentos universitários de sociologia, de psicologia e de justiça criminal.*

*A informação necessária para qualquer projeto individual poderá ser bastante diversa e, com frequência, será necessário o emprego de uma diversidade de técnicas de recolha de dados para ir ao encontro dessas necessidades. De forma similar, uma diversidade de diferentes técnicas analíticas poderão ser necessárias para se examinarem os dados. Algumas das técnicas poderão não ser familiares à polícia e aos analistas criminais, mas o esforço investido na aprendizagem do seu emprego fará toda a diferença para o sucesso de um projeto.*

*O “COPS Office” define o policiamento comunitário como “uma filosofia que promove estratégias organizacionais e que advoga o uso sistemático de parcerias e de técnicas de resolução de problemas para, proactivamente, lidar com as condições imediatas que fazem surgir problemas de segurança pública, tais como o crime, a desordem social e o medo do crime.” Estes guias enfatizam a resolução de problemas e as parcerias, entre a polícia e a comunidade, no âmbito da procura de soluções para problemas específicos de segurança pública. Na maioria dos casos, as estratégias organizacionais que poderão facilitar a resolução de problemas e as parcerias entre a polícia e a comunidade são tantas e tão variadas que, discuti-las a todas, estará para além do âmbito destes guias.*

*Estes guias extraem conclusões de estudos feitos e de práticas policiais provenientes dos Estados Unidos da América, do Reino Unido, do Canadá, da Austrália, da Nova Zelândia, da Holanda e da Escandinávia. Apesar das leis, costumes e práticas policiais variarem de país para país, é evidente que as polícias, em todos os países, vivenciam problemas comuns. Num mundo que, cada vez mais, se encontra interligado, torna-se importante que as polícias tomem conhecimento dos estudos e das práticas de sucesso que são feitas além das fronteiras do seu próprio país.*

*A informação contida em cada guia foi revista, extensivamente, tendo em conta toda a literatura estudada e as práticas policiais conhecidas e cada guia foi revisto, anonimamente, por um agente policial no ativo, um executivo policial e um estudioso previamente à sua publicação. Este processo de revisão foi conduzido com independência do “COPS Office” - entidade que solicitou as revisões.*

*Para mais informações acerca do Policiamento Orientado para os Problemas (POP), visite a página online do “Center for Problem-Oriented Policing” em [www.popcenter.org](http://www.popcenter.org). Este website oferece acesso gratuito, online:*

- À série de guias para problemas específicos,
- À série de guias de respostas e instrumentos para a resolução de problemas,
- A publicações sobre análise criminal e policiamento no âmbito do terrorismo,

- *A Informações instrutórias acerca do policiamento orientado para a resolução de problemas e sobre tópicos relacionados,*
- *A um exercício interativo de treino sobre policiamento orientado para a resolução de problemas,*
- *A um módulo interativo sobre análise de problemas,*
- *A Importantes estudos e práticas policiais, e*
- *A Informação acerca de conferências e programas premiados, relativos ao policiamento orientado para a resolução de problemas.*

## Agradecimentos

*Os Guias Policiais Orientados para a Resolução dos Problemas foram produzidos pelo Center for Problem-Oriented Policing, cujos responsáveis são Michael S. Scott (Diretor), Ronald V. Clarke e Graeme R. Newman (Diretores Adjuntos). Embora cada um dos guias tenha um autor original, outros membros da equipa do projeto, pertencentes aos quadros do COPS Office e revisores anónimos, contribuíram para cada guia propondo textos, recomendando estudos e oferecendo sugestões quanto ao formato e ao estilo.*

*A equipa do projeto que desenvolveu a série de guias foi composta por Herman Goldstein, da University of Wisconsin Law School, por Ronald V. Clarke, da Rutgers University, por John E. Eck, da University of Cincinnati, por Michael S. Scott, da University of Wisconsin Law School, por Rana Sampson, Consultora Policial e por Deborah Lamm Weisel, da North Carolina State University.*

*Karin Schmerler, Rita Varano e Nancy Leach supervisionaram o projeto para o COPS Office. Suzanne Fregly editou os guias. As pesquisas para os guias foram realizadas na Criminal Justice Library da Rutgers University sob a direção de Phyllis Schultze.*

*A equipa do projeto também deseja agradecer aos membros dos departamentos de polícia de San Diego, de National City e de Savannah pelo fornecimento de feedback sobre o formato e o estilo dos guias nos estádios iniciais dos respetivos projetos, bem como enquanto agentes policiais no ativo, responsáveis policiais e estudiosos, os quais efetuaram a revisão de cada guia.*



## Introdução

*O propósito de se avaliar os esforços de resolução de problemas é o de nos ajudar à tomada de melhores decisões através da resposta a duas questões específicas: em primeiro lugar, será que o problema diminuiu? Responder a esta questão ajudar-nos-á a decidir até que ponto deveremos terminar com os nossos esforços de resolução do problema e focar os nossos recursos noutra problema; em segundo lugar, se o problema diminuiu, foi a resposta aplicada a causa daquela diminuição? Responder a esta questão ajudar-nos-á a decidir até que ponto poderemos aplicar aquela resposta a problemas semelhantes.*

### **A que é que este guia se refere**

*Esta introdução à avaliação da resolução de problemas tem a intenção de ajudar-nos a conceber avaliações que respondam às duas questões citadas acima. Ele foi escrito para todos aqueles que têm a responsabilidade de avaliar a eficácia das respostas aos problemas, e que têm conhecimentos básicos sobre o policiamento orientado para os problemas e sobre o processo de resolução de problemas. Este guia pressupõe que existe um conhecimento básico do processo IARA (SARA no original) de resolução de problemas (identificação, análise, resposta e avaliação), dado não ser obrigatória a existência de qualquer experiência na avaliação das resoluções de problemas.*

*Este guia foi escrito com base na assunção de que não teremos qualquer ajuda externa. Apesar de tudo, deveremos procurar o conselho e a ajuda de estudiosos com formação e experiência em avaliações, particularmente se o problema que estamos a tentar avaliar for de grande dimensão e complexo. Solicitar a ajuda de um avaliador externo independente poderá ser uma ajuda preciosa, particularmente se a utilidade de uma resposta for controversa. As escolas superiores e as universidades locais são uma boa fonte deste tipo de perícia. Muitos departamentos de ciências sociais – economia, ciências políticas, sociologia, psicologia e justiça criminal/criminologia – têm faculdades e estudantes graduados que têm competências em avaliação de programas e tópicos relacionados.*

*Este guia é um manual de referência para as séries de Guias Policiais Orientados para os Problemas. Cada um dos guias das séries sugere formas de se medir um determinado problema, descrevendo as respetivas respostas possíveis. Embora os princípios relativos à avaliação, discutidos aqui, tenham a intenção de serem aplicados aos problemas específicos apresentados nos guias, deveremos ser capazes de os aplicar em qualquer projeto de resolução de problemas.*

*† Quaisquer menções a testes de significância e a estimativas estatísticas foram excluídas desta discussão. Embora sejam métodos úteis, eles não podem ser descritos de forma suficiente num guia desta dimensão de forma a o leitor os puder utilizar com eficácia.*

*Esta é uma introdução a um assunto complexo, enfatizando os métodos de avaliação que são mais relevantes para o policiamento orientado para os problemas. †*

*Deveremos consultar a lista de leituras recomendadas que é indicada no final deste guia se estivermos interessados em explorar, com maior detalhe, o tópicos da avaliação.*

## **Avaliação e tomada de decisão**

*Como foi dito, este guia é acerca da ajuda à tomada de decisão. Existem duas decisões que devem ser tomadas e que são importantes no que toca aos esforços de resolução de problemas: primeiro, será que o problema diminuiu o suficiente para nos permitir terminar com os esforços desenvolvidos e nos deixe aplicar os recursos noutro lado? Se o problema não tiver diminuído substancialmente, então a tarefa não está concluída. Neste caso, a decisão mais apropriada poderá ser a de reanalisar o problema e desenvolver uma nova resposta; segundo, se o problema de facto diminuiu substancialmente, então poderá ser útil aplicar-se a resposta a problemas semelhantes.*

*Este guia foca-se na primeira decisão – até que ponto se poderá terminar com os esforços de resolução de problemas. A segunda decisão tem a ver com as aplicações futuras da resposta. Se o problema diminuiu substancialmente, e se a resposta, pelo menos em parte, causou o declínio, então poderemos ponderar vir a utilizar a resposta noutros problemas. Mas se o problema não declinou, ou se piorou, e isto foi devido a uma resposta ineficaz, então os futuros solucionadores de problemas devem ficar atentos de forma a poderem desenvolver melhores respostas para problemas semelhantes. As futuras decisões acerca da eventualidade da utilização da resposta dependem, em parte, das informações que resultarem da avaliação. Neste sentido, a avaliação é uma parte essencial da aprendizagem organizacional da polícia. Sem avaliações os solucionadores de problemas estão constantemente a reinventar a roda, e correm o risco de virem a repetir os mesmos erros. Apesar de tudo, a obtenção de informações válidas para nos ajudar à tomada de decisão faz aumentar a complexidade das avaliações.*

*A tomada de qualquer decisão obriga a uma compreensão detalhada do problema, da forma como se presume que a resposta venha a reduzir o problema, e do contexto no qual a resposta tem sido implementada.<sup>1</sup> Por esta razão, o processo de avaliação começa após a definição do problema no estágio da identificação.*

*Este guia discute duas simples conceções – as séries temporais pré-pós e interrompidas. A conceção pré-pós é útil somente para se tomar o primeiro tipo de decisão – até que ponto se deverá terminar com os esforços de resolução do problema. As conceções baseadas nas séries temporais podem ajudar à tomada de decisão dos dois tipos.*

*Finalmente, vale a pena mencionar a forma como o guia está organizado. A organização do texto trata dos assuntos fundamentais para se poderem realizar avaliações que são simples, mas úteis. As notas finais fornecem ligações para livros mais técnicos sobre como fazer a avaliação. Muitos deles clarificam a terminologia. Os anexos desenvolvem as matérias abrangidas no texto. O Anexo A usa o desenvolvimento de um exemplo de forma a demonstrar porque razão as respostas avaliativas ao longo de períodos alargados nos dão uma melhor*

*compreensão da eficácia da resposta. O Anexo B descreve duas conceções avançadas envolvendo comparações (ou grupos de “controlo”). O Anexo C explica como calcular o efeito líquido de uma resposta sobre o problema. O Anexo D dá-nos uma súmula dos pontos fortes e fracos do concebido. Finalmente, o Anexo E fornece-nos uma checklist para ser seguida através do processo de avaliação, para se seleccionar a conceção mais aplicável, e para se projectar conclusões razoáveis a partir dos resultados da avaliação. Deveremos ler todo o texto antes de se examinar os anexos.*

*Resumindo, este guia explica, em linguagem comum, os aspectos dos métodos de avaliação que são mais importantes para a polícia ao tratar de problemas. Na próxima secção, iremos examinar a forma como a avaliação se enquadra no processo IARA de resolução de problemas. Então, examinaremos os dois tipos de avaliação – a do processo e a do impacto.*

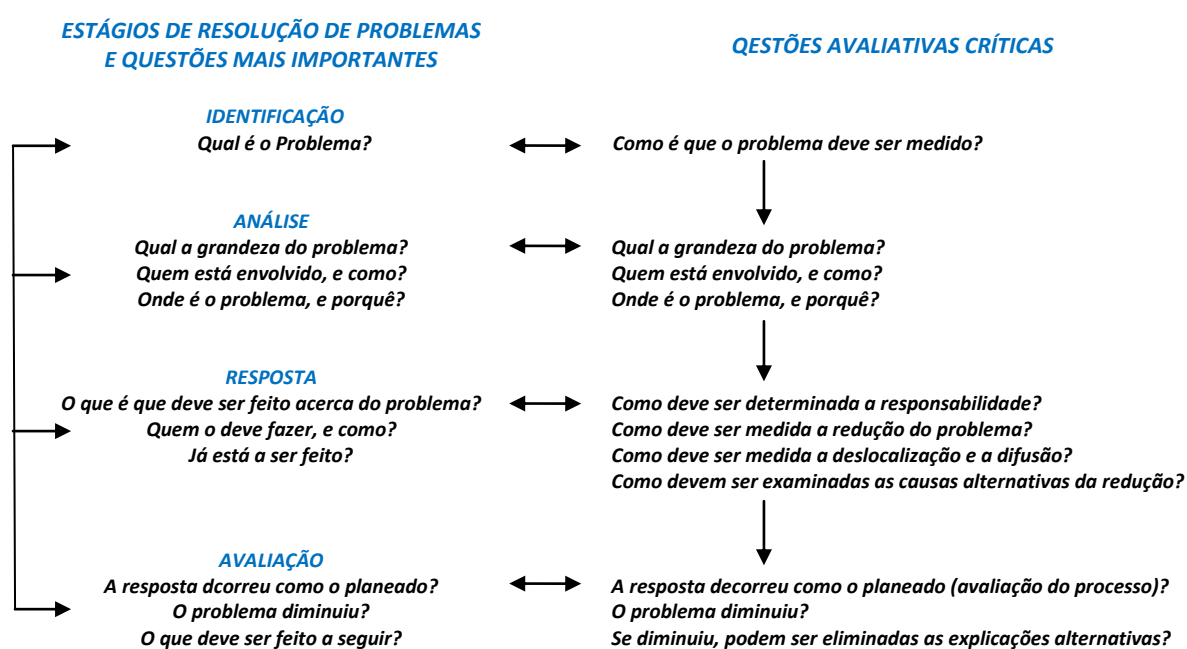
## O papel da avaliação na resolução de problemas

É importante fazer-se a distinção entre avaliação e julgamento. Avaliação é o processo científico usado para determinar se um problema declinou e se a solução foi a causa do declínio. Como iremos ver, ela começa no momento em que o processo de resolução de problemas se inicia e continua até à conclusão dos esforços. O julgamento ocorre no estágio final do processo IARA de resolução do problema, sendo o culminar do processo de avaliação - a altura em que tiramos conclusões acerca do problema e das suas soluções.

Embora o julgamento seja o estágio final, tanto da avaliação como da resolução do problema, são tomadas decisões acerca da avaliação ao longo de todo o processo, como é indicado na Figura 1. O lado esquerdo mostra o processo IARA normalizado e algumas das questões básicas postas em cada estágio. Ele, também, chama à atenção para o facto de que a avaliação poderá produzir informações que obriguem o solucionador do problema a recuar para estágios anteriores de forma a fazer alterações. Este é particularmente o caso se a resposta não tiver o resultado positivo esperado.

O lado direito da Figura 1 lista as questões críticas envolvidas na realização de uma avaliação. Durante o estágio da identificação, deveremos definir o problema com suficiente precisão para o podermos medir. Então, iremos recolher os dados necessários, que serão um ponto de partida sobre a natureza e a abrangência do problema, para serem usados na fase da análise. Eventualmente, todas as questões importantes a serem tratadas durante a análise serão importantes durante a avaliação. Isto é assim porque, durante a avaliação, pretendemos saber se o problema se alterou. Por isso, os dados descobertos durante a análise passam a ser informação de base vital (ou “medidas pré-resposta”) durante a avaliação.

Figura 1. O processo de resolução do problema e a avaliação



*Durante a fase da resposta, enquanto se desenvolve uma estratégia para reduzir o problema, também deveremos desenvolver um mecanismo de responsabilização para garantir que os diversos participantes na resposta fazem tudo o que devem fazer. Como veremos mais tarde, um tipo de avaliação – a do processo – está intimamente relacionada com a responsabilidade. Assim, ao mesmo tempo que se desenvolve uma resposta, é importante determinar-se a forma como iremos avaliar a responsabilidade. Também, o tipo de resposta tem uma influência da maior importância sobre a forma como concebemos o outro tipo de avaliação – a do impacto.*

*Durante a avaliação, devemos responder às seguintes questões: Será que a resposta decorreu como o planeado? Será que o problema diminuiu? Se sim, existem boas razões para crer que a diminuição se deveu à resposta?*

*Em resumo, começamos a fazer planos para uma avaliação logo que nos envolvemos num problema. A avaliação, conseguida através do processo IARA, culmina com o julgamento, e fornece-nos conclusões que nos ajudarão a determinar se deveremos rever as fases mais precoces para podermos melhorar a resposta. Podemos utilizar a checklist do Anexo A como orientação genérica para se fazer a avaliação através de todo o processo IARA.*

## Tipos de avaliação

Existem dois tipos de avaliação, a do processo e a do impacto e deveremos realizar ambas. Como veremos mais tarde, elas complementam-se.

### Avaliação do processo

A avaliação do processo coloca-nos as seguintes questões: Será que a resposta decorreu conforme o planeado? Será que todas as componentes da resposta funcionaram? Ou, de forma mais brusca, será que fizemos, mesmo, tudo aquilo que dissemos que faríamos? Esta é uma questão de responsabilidade.

Vamos começar com um exemplo hipotético. Uma equipa de resolução de problemas, após uma cuidadosa análise, determina que, para dominar um problema de prostituição de rua, deverá solicitar ao departamento de engenharia do trânsito da cidade que transforme um ponto principal de passagem numa via de sentido único de forma a criar diversas ruas sem saída para frustrar a circulação dos “johns” (cliente da prostituição). Isto deverá ser feito imediatamente após uma ampla operação policial de combate à prostituição na área-alvo. Às prostitutas condenadas serão aplicadas medidas de reinserção social sob a condição de não frequentarem a área-alvo durante um ano. Finalmente, uma organização sem fins lucrativos ajudará as prostitutas que pretendem abandonar o seu tipo de trabalho a obterem as necessárias competências de forma a conseguirem um emprego legítimo. A esquadra de costumes, os agentes da patrulha, o ministério público, os juízes locais, o serviço de reinserção social, o departamento do xerife, o departamento de engenharia do trânsito, e as organizações sem fins lucrativos, todos devem concordam com este plano.

Uma avaliação do processo determinará até que ponto o desmantelamento do problema ocorreu e, caso positivo, quantas detenções foram feitas pela polícia; até que ponto o departamento de engenharia do trânsito alterou os padrões de circulação das ruas conforme o planeado; quantas prostitutas solicitaram ajuda para obterem as competências de emprego e quantas encontraram empregos legítimos. A avaliação do processo também examinará até que ponto tudo decorreu de acordo com a sequência planeada. Se chegarmos à conclusão que o desmantelamento ocorreu após as alterações feitas nas ruas, que a polícia deteve somente parte das prostitutas, e que nenhuma das prostitutas procurou obter competências de emprego, então poderemos suspeitar que o plano não foi totalmente levado a efeito, ou que não foi levado a efeito conforme a sequência especificada. Poderemos concluir que a resposta foi um falhanço colossal. Contudo, as evidências que daí resultam não nos dão nenhuma indicação quanto ao sucesso ou ao falhanço, uma vez que a avaliação do processo não nos responde à questão: o que aconteceu ao problema?

## **Avaliação do impacto**

*Para se determinar o que aconteceu ao problema, precisamos de uma avaliação do impacto. Uma avaliação ao impacto coloca-nos as seguintes questões: Será que o problema diminuiu? Se sim, será que a resposta foi a causa da diminuição? Continuando com o nosso exemplo da prostituição, vamos olhar para a forma como ela poderá funcionar. Durante a fase da análise do processo de resolução do problema, os agentes da patrulha e os detetives dos costumes realizam um censo às prostitutas que atuam na área-alvo. Eles, também, solicitam ao departamento de engenharia do trânsito a instalação de contadores de tráfego nas vias de maior movimento e nas ruas adjacentes mais críticas de forma a medirem os fluxos de tráfego. Isto é feito para se determinar a forma como os clientes se movimentam através da área. A esquadra dos costumes faz uma cobertura, com registo em vídeo, da área-alvo para documentar a forma como as prostitutas interagem com os potenciais clientes. Tudo isto é feito antes da equipa de resolução do problema escolher a resposta a implementar, e a informação obtida ajudará a equipa a fazê-lo.*

*Após a resposta ter sido implementada (apesar de não ter sido planeada a resposta, como já vimos), a equipa decide repetir aquelas medidas para confirmar se o problema diminuiu. Descobrem, então, que, em vez das 23 prostitutas contadas no primeiro recenseamento, só ali se encontram 10. Descobrem, também, que ocorreu uma pequena diminuição do tráfego rodoviário na via de maior movimento, nas noites das sextas-feiras e sábados, mas não noutros dias. Contudo, ocorreu um substancial declínio no tráfego nas ruas laterais nas noites das sextas-feiras e dos sábados. Uma nova cobertura vídeo demonstrou que as prostitutas na área haviam alterado a forma como abordavam as viaturas e que estavam a agir com mais cautela. Em resumo, a equipa conseguiu provas de que o problema havia diminuído após a implementação da resposta.*

*Então o que causou a diminuição do problema? Poderemos ser tentados a responder imediatamente a esta questão, porque isso irá ajudar a determinar se poderemos atribuir o declínio à resposta. Contudo, esta questão poderá não ser tão importante como à primeira vista possa parecer. Apesar de tudo, se o propósito é o de reduzir ou de eliminar o problema, e isto ocorreu, que diferença faz o que causou isso? A resposta é a de que, o mínimo, isso não interessa, a não ser que estejamos interessados em utilizar a mesma resposta em problemas semelhantes. Se não estivermos interessados em usar a mesma resposta de novo, então tudo o que interessa é o facto de termos atingido o nosso objetivo. Então poderemos usar os recursos devotados ao tratamento do problema num outro assunto mais premente. Mas se estivermos em crer que poderemos vir a utilizar a resposta de novo, é muito importante determinar se a resposta foi o que causou a diminuição do problema.*

*Partamos do pressuposto de que a equipa de resolução do problema da prostituição crê que a resposta poderá vir a ser útil no tratamento de problemas semelhantes. A resposta, embora não tendo sido implementada conforme o planeado, poderá ter causado a diminuição do problema, mas também é possível que qualquer outra coisa tenha causado o declínio. Existem duas razões para que a equipa leve a sério esta segunda possibilidade: primeiro, a resposta real foi, de alguma forma, desorganizada, ao contrário da resposta planeada. Se a resposta*

planeada tivesse sido implementada, a equipa teria tido uma explicação plausível para o declínio. Mas a natureza simplista da resposta real faz com que a explicação para a diminuição seja muito menos plausível; segundo, a avaliação do impacto não é particularmente forte. Posteriormente, discutiremos o porquê desta avaliação ser fraca e o que é que poderá ser feito para a fortalecer.

## Interpretação das avaliações do processo e do impacto

As avaliações do processo e do impacto respondem a diferentes questões, por isso a combinação dos seus resultados costuma ser, frequentemente, altamente informativa. A Tabela 1 sumariza as informações que poderemos recolher de ambas as avaliações. Como poderemos ver no Anexo E, a interpretação desta tabela depende do tipo de esquema utilizado para a avaliação do impacto. Por agora, contudo, iremos assumir que a avaliação concebida pode demonstrar até que ponto a resposta causou o declínio do problema.

Quando a resposta é implementada conforme o planeado (ou quase assim), as conclusões são mais fáceis de interpretar (células A e B). Quando a resposta não é implementada conforme o planeado, teremos mais dificuldades em determinar o que aconteceu, e o que fazer a seguir (células C e D). A célula D é particularmente problemática, porque tudo o que realmente sabemos é que “não o fizemos e que também não funcionou”. Deveremos tentar implementar o nosso plano original, ou deveremos começar tudo de novo desde a base?

Os resultados que recaem na célula C merecem alguns comentários. O declínio do problema significa que poderemos terminar com o processo de resolução do problema e que podemos partir para outro assunto qualquer. Se o problema diminuiu consideravelmente, isto pode ser satisfatório. Se, contudo, o problema continua a ser demasiado grande, então não saberemos se deveremos continuar ou intensificar a resposta (partindo do princípio de que ela está a funcionar, mas que é preciso fazer mais). Em alternativa, poderemos procurar uma resposta diferente (partindo do princípio de que a resposta não está a funcionar e de que é preciso outra coisa qualquer). Ainda por cima, não sabemos se a resposta virá a ser útil em problemas similares. Em resumo, é difícil replica o sucesso quando não sabemos a razão de termos tido sucesso. A lição básica é a de que todos os julgamentos deverão conter ambas as avaliações do processo e do impacto.

**Tabela 1.** Interpretando os resultados das avaliações do processo e do impacto

		Resultados da avaliação do processo	
		A resposta foi implementada como o planeado, ou quase.	A resposta não foi implementada, ou foi implementada de uma forma radicalmente diferente da planeada.
Resultados da avaliação do impacto	O problema declinou	A. Evidências de que a resposta causou o declínio.	C. Sugere que outros fatores poderão ter causado o declínio, ou de que a resposta foi acidentalmente eficaz.
	O problema não declinou	B. Evidências de que a resposta foi ineficaz e de que deverá ser tentada uma resposta diferente.	D. Pouco se aprendeu. Talvez se a resposta tivesse sido implementada conforme o planeado, o problema teria declinado, mas isto é especulativo.



*A avaliação do processo envolve a comparação da resposta planeada com o que realmente ocorreu. Muita desta informação passa a ser aparente enquanto, ao mesmo tempo, se concebe o processo de resolução do problema. Se é presumível que a esquadra dos costumes detenha as prostitutas na área-alvo, poderemos determinar até que ponto eles o fizeram pelos registos do departamento e através de conversas com os membros da mesma esquadra. Mesmo assim, poderemos-nos enganar. Por exemplo, quantas detenções são necessárias? O plano de resposta pode pedir para serem detidas 75% das prostitutas, mas só se conseguem deter 60% das mesmas. Até que ponto será, isto, um desrespeito ao plano, é difícil de determinar. Muito do que resulta de uma avaliação ao processo é descritivo (estas pessoas fizeram estas coisas, por esta ordem, através destes procedimentos). Apesar de tudo, os números podem ajudar. No nosso exemplo, os dados sobre o volume do tráfego demonstram que as alterações nas ruas modificaram os padrões de condução e que essas alterações são consistentes com o que foi antecipado pelo plano da resposta.*

*Em resumo, uma avaliação do processo diz-nos o que aconteceu, quando e a quem, embora não nos diga até que ponto a resposta afetou o problema é, mesmo assim, muito útil para se determinar a forma como se irá interpretar os resultados da avaliação do impacto.*

## **Realizar avaliações do impacto**

*Nas avaliações do impacto existem duas partes: a primeira envolve a medição do problema; a segunda envolve a comparação sistemática das alterações às medições, usando-se um esquema avaliativo concebido para o efeito. O esquema da avaliação é criado de forma a poder fornecer-nos o máximo de evidências de que a resposta foi a causa principal das alterações às medições recolhidas. Um esquema fraco poderá ser adequado para se demonstrar que o problema declinou, mas ele dar-nos-á poucas garantias de que a resposta foi a causa do declínio.*

### **Medidas**

*As avaliações do impacto obrigam a medir-se o problema, antes e após a resposta. Deveremos começar por decidir como iremos medir o problema durante o estágio da identificação, e deveremos fazer uma decisão final acerca das medidas na altura em que se concluir a análise. Isto permitir-nos-á usar a informação recolhida durante a análise para descrever o problema antes da resposta. Durante a fase da avaliação, tiramos as medidas ao problema após termos implementado a resposta. Deveremos utilizar as mesmas medições, antes e após a resposta. Claramente, devemos planear muito bem a avaliação que iremos fazer antes de se avançar para o julgamento final.*

### **Medidas quantitativas**

*As medidas quantitativas envolvem números. O número de assaltos em complexos de apartamentos é uma medida quantitativa. Podemos contabilizar estas medidas antes e após a resposta e tomar nota das diferenças. As medidas quantitativas permitem-nos fazer uso da matemática para fazer uma estimativa do impacto da resposta. Por exemplo, a taxa dos assaltos caiu 10% entre a fase anterior à resposta e após a mesma.*

### **Medidas qualitativas**

*As medidas qualitativas permitem-nos fazer comparações, mas não podemos fazer contas com elas. Embora a maioria das avaliações utilizem medidas quantitativas, as medidas qualitativas podem ser extremamente úteis. Eis um exemplo: suponhamos que estamos a tentar tratar de um problema relacionado com a violência dos gangues num determinado bairro. Da nossa análise, ficamos a saber que muita daquela violência resulta de uma escalada que resulta de disputas insignificantes e de que os graffiti são um indicador útil da tensão existente entre os gangues, o que conduz à violência.*

*Podemos, então, contar o número de tiroteios que se registaram, os ferimentos e as mortes causados por armas de fogo no ano anterior e no ano posterior à resposta - estas, são medidas quantitativas. Podemos, também, tirar fotos mensais aos hot-spots mais conhecidos onde surgem os graffiti, antes e após a resposta. Através da comparação das fotos, notamos que antes da resposta, os graffiti dos gangues eram bastante comuns, e que os graffiti não relacionados com os gangues eram raros. Ainda por cima, muitas das pichagens sugerem que os gangues rivais estavam a repintar os seus graffiti por cima dos dos seus rivais. Após a resposta, chegamos à conclusão que existe muito pouco graffiti de gangue, mas que os graffiti de outros géneros aumentaram. Mais ainda, não existem evidências de repintagem nos poucos graffiti de gangue encontrados. Esta informação qualitativa reforça a informação quantitativa ao indicar que a resposta poderá ter reduzido as tensões entre os gangues, ou de que a atividade dos gangues diminuiu.*

*Os mapas podem fornecer outras medidas qualitativas. Eles são muito úteis para nos mostrarem os padrões criminais e das incivilidades. Embora o número de crimes seja uma medida quantitativa, o tamanho e a aparência dos padrões criminais são, em grande medida, qualitativos. Podemos utilizar as alterações naqueles padrões para avaliar a eficácia das respostas.*

### **Validação das medidas**

*Deveremos garantir que as medidas quantitativas e qualitativas registam somente o problema, e não outra coisa qualquer. Por exemplo, a contagem das detenções por droga são, frequentemente, uma melhor medida da atividade da polícia que as alterações num problema com a droga. Deveremos usar os dados das detenções como medida do problema, somente se estivermos seguros que os esforços legais e as técnicas policiais empregues se mantiveram constantes. De forma semelhante, uma vigilância sistemática que cubra um hot-spot de tráfico de droga, antes e após a resposta, poderá ser uma medida válida se a vigilância se mantiver inalterável e indetetável pelos traficantes de droga.*

*O que foi medido tem poucas hipóteses de se manter, definitivamente, válido ou inválido; em vez disso, as medições são mais ou menos válidas que outras medições alternativas. Quanto mais indiretas as medições, tanto menos válidas. A vigilância envolve a observação direta. Já as estatísticas, referentes às detenções, são indiretas. Elas envolvem as atividades dos traficantes de droga e dos seus clientes (os aspetos do problema em que poderemos estar mais interessados), mas também envolvem as decisões dos cidadãos em chamar a atenção da polícia para o problema, e as decisões da polícia acerca de até que ponto (e de que forma), deverá intervir. Aquelas decisões dos cidadãos e da polícia poderão nem sempre refletir a realidade subjacente ao problema. Por exemplo, as alterações às normas da polícia quanto ao trabalho extraordinário, ou a existência de esquadra especiais de combate à droga, podem fazer alterar o número das detenções, mesmo que o problema da droga se mantenha constante. Por esta razão, o número de traficantes de droga detidos é uma medida menos direta – e por vezes pobre – do problema da droga.*

*Eis outro exemplo de medições diretas e indiretas a um problema. Neste exemplo, aquilo que constitui uma medição direta e uma medição indireta depende da forma como definimos o problema. Suponhamos que estamos a tratar de um problema de tráfego causado pelos clientes da prostituição numa dada área. Um grande número de homens desloca-se para um bairro, nas noites das sextas-feiras e sábados, à procura de prostitutas para o “engate”. Isto aborrece os moradores levando-os a telefonar para a polícia. Podemos escolher entre duas medidas para quantificar o problema:*

*- A primeira é uma medida quantitativa obtida automaticamente através de contadores de tráfego, que medem o fluxo do mesmo, colocados estrategicamente em ruas críticas, três meses antes da aplicação da resposta e deixados no mesmo local até três meses após. Para fazer uma estimativa do tráfego devido à prostituição, usamos a diferença entre a média do volume de tráfego nas noites das sextas-feiras e dos sábados e a média do volume de tráfego nos restantes dias da semana;*

*- A nossa segunda medida é baseada nas entrevistas aos moradores, realizadas três meses antes e três meses após a resposta. Pedimos aos moradores para avaliarem o problema da prostituição, utilizando uma escala numérica (0 = nenhum, 1 = menor, 2 = moderado, 3 = importante).*

*Se tivermos definido o problema como sendo “tráfego relacionado com a prostituição”, o volume de tráfego é uma medida mais direta que as avaliações feitas pelos moradores. Nem todas as diferenças entre os níveis de tráfego nas sextas-feiras e sábados e os níveis do resto da semana são devidas à prostituição, mas uma grande parte delas provavelmente é. Por isso, esta é uma abordagem razoável para se medir o problema. Questionar os moradores, contudo, é uma atividade cheia de dificuldades. As suas perceções atuais quanto à prostituição poderão ser influenciadas por observações passadas. Eles poderão não ver muito do tráfego relacionado com a prostituição, particularmente se eles se mantêm dentro de suas casas para evitar o problema. Eles poderão interpretar mal algumas das atividades com estando relacionadas com a prostituição, quando de facto elas nada terão a ver com isso.*

*Se, por outro lado, tivermos definido o problema como sendo “perceções dos moradores quanto ao tráfego relacionado com a prostituição”, as entrevistas constituem uma medida mais direta que os contadores de tráfego. O tráfego relacionado com a prostituição poderá não se ter alterado, mas os moradores poderão pensar que ele se alterou. Tendo em conta esta medição, a resposta foi um sucesso. Mas se o tráfego relacionado com a prostituição declinou bastante e os moradores não ficaram cientes disso, então, a resposta não funcionou.*

*Claro está que poderemos utilizar múltiplas medições. Neste exemplo, poderemos medir tanto o tráfego relacionado com a prostituição como as perceções que os moradores têm disso. Só no caso de ambas declinarem é que se pode afirmar, sem quaisquer dúvidas, de que tivemos sucesso. Se os contadores de tráfego indicarem uma queda no tráfego, mas as entrevistas demonstrarem que os moradores não se aperceberam disso, então podemos alterar a resposta direcionando-a para as suas perceções.*

*Acrescentando à possível medição mais direta do problema, também precisaremos de garantir que medimos o problema sistematicamente e de que seguimos o mesmo processo de medição ao longo de toda a avaliação. Se, após a resposta, fotografarmos os hot-spots, onde existem graffiti, a partir de diferentes ângulos e distâncias daqueles usados anteriormente, então tornar-se-á difícil fazerem-se comparações válidas. Se os hot-spots que fotografamos após a resposta não forem os mesmos que fotografamos anteriormente, então a validade da nossa comparação é altamente questionável. Isto é assim porque qualquer diferença notada poderá ser devida à forma como recolhemos os dados, em vez de uma alteração real no problema.*

*Em resumo, pretendemos ter a certeza que qualquer diferença notada no problema é devida a alterações reais no problema, e não devida a alterações na forma como o medimos. Uma maneira de pensarmos a respeito disto é comparando-o a uma recolha de provas físicas numa cena de crime. A razão da existência de protocolos estritos para a recolha e manuseio de provas é a de que não nos queremos enganar misturando as atividades de recolha de provas com aquelas atribuídas ao ofensor. O mesmo é verdade quanto às avaliações.*

### **Selecionar medidas válidas**

*Como é que selecionamos medidas específicas para o nosso problema? Não existe uma resposta simples para esta questão que possa ser aplicada em todos e quaisquer esforços de resolução de problemas. Os guias desta série sugerem medidas para problemas específicos, logo, se estivermos a trabalhar num problema que não esteja coberto por um dos guias, então a abordagem mais simplista consiste na utilização de um ou mais dos indicadores que usamos para identificar e analisar o problema. É importante, contudo, pensar-se cuidadosamente acerca da definição do problema. Como vimos no exemplo da prostituição, as aparentes pequenas alterações na forma como definimos o problema podem ter implicações significativas na medição do problema.*

*Claramente, precisamos pensar acerca das medidas avaliativas logo que iniciamos o processo de resolução do problema. Se esperarmos pelo final da implementação da resposta, então podemos perder a oportunidade de obter medições válidas quanto ao período prévio.*

## **Critérios para alegações de causa**

*Existem dois objetivos para uma avaliação da resolução dum problema. O primeiro é para se determinar se o problema sofreu alterações. Estamos particularmente interessados em saber até que ponto ele diminuiu. Somente após se ter estabelecido até que ponto o problema sofreu alterações é que o segundo objetivo – determinar se foi a resposta que causou a alteração – faz sentido.*

*Se o problema não se alterou, e se não tivermos a intenção de usar uma resposta semelhante para tratar outros problemas, então não nos precisamos preocupar com a causa e, neste caso, a avaliação é relativamente simples. Se, contudo, o problema se alterou, e no caso de pretendermos vir a utilizar a mesma resposta de novo, então é importante determinar-se se foi a resposta, de facto, o que causou a alteração. Se o problema diminuiu por outras razões para além da resposta, então utilizar a resposta para tratar problemas semelhantes não é provável que a mesma os venha a reduzir. Se o problema ficou pior por outras razões para além da resposta, então esta, mesmo assim, poderá ser uma maneira útil para tratar outros problemas. Consequentemente, é importante compreender-se quais os critérios que precisamos usar para alegar que uma dada resposta causou alterações num problema.*

*O conceito de causa poderá parecer bastante simples, mas não é. Para se ser capaz de declarar com confiança de que uma resposta causou a diminuição dum problema, precisamos de conjugar quatro critérios. Os primeiros três critérios são relativamente simples e podem ser conjugados com frequência. O quarto critério não pode ser conjugado com certeza absoluta.*

### **Existe uma explicação plausível sobre como a resposta reduziu o problema<sup>†</sup>**

*O primeiro critério para se poder alegar causa é o de que temos uma explicação plausível sobre a forma como a resposta reduziu o problema. Deveremos basear esta explicação numa análise detalhada do problema, de preferência ampliada por estudos e teorias anteriores. O facto de outros usarem uma resposta similar e de, por isso, terem conseguido reduzir o seu problema não é uma justificação. Tal*

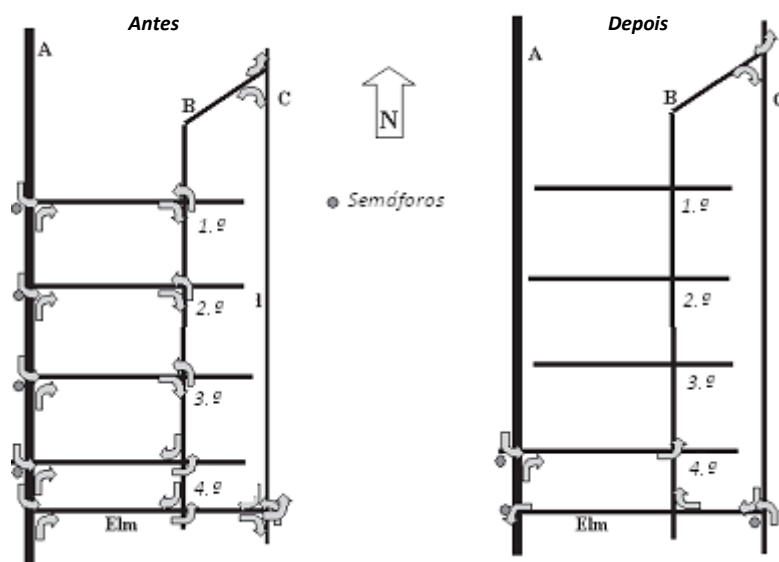
*informação é útil, mas mesmo assim precisamos explicar a forma como a redução do problema ocorreu. Na ausência de uma justificação convincente, não saberemos se, e até que ponto, a resposta teve sucesso por acaso, e até que ponto a resposta teve sucesso devido à situação particular na qual foi aplicada em primeiro lugar (e que por isso ela não funcionou no nosso problema), ou até que ponto a resposta é útil no geral.*

<sup>†</sup> O termo técnico para este critério é “mecanismo”. Sempre que foi possível neste guia, a linguagem corrente foi substituída por linguagem técnica dos avaliadores. As notas de rodapé fornecem os termos técnicos para quem estiver interessado em mais estudos

*Aqui temos um exemplo para ilustrar o que se pretende dizer quanto a uma “justificação plausível”. Suponhamos que temos andado a trabalhar num problema de prostituição de rua, e sabemos que as prostitutas se juntam ao longo de um segmento de rua que abrange três*

quarteirões (Na rua B, entre a primeira e a quarta ruas), um quarteirão fora de uma passagem bastante movimentada (rua A). Cada rua numerada dispõe de semáforos (ver a Figura 2 abaixo), sendo todas as ruas de dois sentidos. Entre as ruas A e B existe um velho armazém abandonado e uma pequena zona industrial. As prostitutas e os clientes usam esta propriedade abandonada. Os clientes entram na rua B a partir da rua A usando as ruas numeradas, e circulam à volta dos quarteirões à procura das prostitutas.

Figura 2. Disposição das ruas antes e após a resposta à prostituição



Entre as ruas B e C existe um bairro residencial antigo constituído por moradias unifamiliares denominado de Elms. A rua C tem vindo a prosperar devido a uma área de entretenimento e a manifestações artísticas, e os moradores mais antigos dos Elms têm vendido as suas casas a casais jovens que para ali têm afluído. Os moradores reclamam do tráfego e do barulho, do assédio das prostitutas e dos clientes, e do lixo (garrafas vazias, preservativos e outras porcarias).

Para tratar deste problema os moradores propuseram uma série de alterações às ruas. A rua B passaria a ser de um único sentido com direção a norte, e a rua dos Elms de um único sentido em direção a poente, enquanto a 4.ª rua passaria a ser de sentido único em direção a nascente entre as ruas A e B. As outras ruas numeradas seriam bloqueadas a partir da rua A, e os seus semáforos seriam removidos. Um novo semáforo seria colocado na interseção dos Elms e da rua A, mas só seria permitida a mudança de direção dos Elms para a rua A. Outro semáforo seria colocado na interseção entre os Elms e a rua C. O lado direito da Figura 2 mostra aquelas alterações.

Porque é que os moradores pensaram que isto iria funcionar? Esperamos que as suas justificações fossem plausíveis – isto é, que seriam lógicas e que teriam em consideração os factos conhecidos. Os moradores alegavam que a área, pelas suas características, fomentava as atividades da prostituição, em grande medida porque as ruas facilitavam a solicitação. Os clientes podiam, com facilidade, circular rapidamente à volta dos quarteirões à procura de

“engates”. A alteração aos padrões de circulação naquelas ruas, da forma descrita, faria com que a circulação das viaturas daqueles clientes fosse mais demorada. Se os clientes não conseguissem um contato durante a primeira passagem, teriam que despender muito mais tempo na segunda volta. Ao reduzir as facilidades à prostituição, menos clientes se deslocariam para a área, pelo que o problema diminuiria. Ainda por cima, ao reorganizar o fluxo do tráfego, seria mais fácil à polícia detetar as atividades ligadas à prostituição. Ao observar-se os clientes e as prostitutas, poderemos verificar os comportamentos deambulatórios com o propósito da prostituição. Se estas justificações forem lógicas e consistentes com as Informações disponíveis, e se não existirem Informações contraditórias óbvias, então os moradores conseguiram ultrapassar o primeiro obstáculo para estabelecerem uma ligação de causa/efeito.

Uma justificação plausível não garante que a resposta venha a funcionar; muitas ideias plausíveis não funcionam quando são experimentadas. Mas isso faz com que a resposta seja, com mais probabilidade, uma pretendente a uma solução de sucesso. As justificações acrescentaram credibilidade ao estudo prévio do problema e que descreveu a relação entre a prostituição e os padrões da circulação automóvel.<sup>3</sup> Indicando, ainda, que, diminuir a facilidade de movimentação do tráfego nas vizinhanças, por vezes também reduz o crime.<sup>4</sup> Mais, é consistente com a teoria da prevenção situacional do crime, particularmente no que toca à estratégia de aumentar os esforços aos ofensores.<sup>5</sup>

Em resumo, o primeiro passo para se alegar uma relação de causa é dispor-se de uma justificação plausível de (1) a forma como o problema ocorre, e (2) a forma como a resposta reduzirá o problema. Esta justificação, também, deverá indicar quando, onde e porque é que a resposta funcionará. Se for preparada na altura em que estamos a desenvolver a resposta, a justificação poderá ser útil guiando-nos no planeamento e na implementação. Quanto mais específica for a justificação tanto melhor a resposta e tanto mais informativa será a avaliação. Idealmente, a justificação também descreverá as circunstâncias em que a resposta provavelmente não funcionará. Isto poderá ajudar em ambas as avaliações do processo e do impacto.

### **A resposta e a dimensão do problema estão relacionadas †**

O segundo critério para se alegar uma relação de causa é o de que existe uma relação entre a presença da resposta e um declínio do problema (e entre a ausência da resposta e um aumento do problema).

† O termo técnico para este critério é “associação”. Tipicamente, associação é a medida obtida pela correlação entre a resposta e o nível do problema.

Voltemos ao problema da prostituição. Como é que poderemos, aqui, demonstrar a existência de uma associação?

Mesmo a norte dos Elms existe um bairro semelhante (também entre as ruas A e C, com uma pequena zona industrial em decadência a poente, e com a rua C em desenvolvimento crescente a nascente), mas as ruas não permitem a circulação automóvel com facilidade. Agora se as facilidades para a circulação automóvel estão associadas à prostituição, então deveríamos ver pouca ou nenhuma prostituição neste outro bairro. Isto poderá implicar que as alterações aos padrões de circulação da rua dos Elms poderão ser úteis. Contudo, se também existir



*prostituição na área, então não existe uma forte ligação entre a prostituição e a facilidade em se conduzir viaturas à volta da zona, sugerindo isto que as alterações aos padrões das ruas poderão não ser eficazes. De qualquer forma, as evidências não serão fortes, mas as conclusões poderão ser úteis.*

*Existe ainda outra maneira de se examinar a relação existente. Poderemos, também, medir o problema antes e após as alterações às ruas. Se observarmos altos níveis de tráfego relacionado com a prostituição (ou altos níveis na percepção disso pelos moradores) antes das alterações, mas baixos níveis após as mudanças, teremos evidências de que existe uma relação.*

*Por isso, o segundo obstáculo a ultrapassar para se alegar que existe uma causa consiste em se demonstrar que o problema é maior na ausência de uma resposta que quando a resposta é posta em ação. Embora seja tentador proclamar-se vitória nesta fase, ainda teremos que ultrapassar duas outras barreiras antes de podermos ter confiança de que a resposta causou uma diminuição no problema.*

### **A resposta ocorre antes do problema diminuir †**

† O termo técnico para este critério é o de “ordem temporal”.

*O terceiro critério para se alegar uma causa simplesmente obriga a que a resposta preceda o declínio no problema. Uma vez que é impossível que uma resposta produza efeitos antes de ser implementada, este critério faz muito sentido. Aqui queremos deixar umas palavras de aviso: quando definimos “resposta”, incluímos a publicitação acerca da resposta – intencional ou accidental. A divulgação de uma campanha nos OCS poderá preceder uma intervenção contra a condução sob o efeito de álcool para que, mesmo antes da intervenção, os potenciais condutores alcoolizados possam alterar o seu comportamento. Neste caso, a campanha nos OCS é parte da resposta. Um declínio na condução sob o efeito do álcool antes da campanha nos OCS será uma evidência de que outra coisa, para além da resposta, está a causar aquele declínio. Mas um declínio após a campanha nos OCS, mas antes da intervenção, poderá ser atribuído à resposta.*

*Apesar da óbvia simplicidade deste critério, é surpreendentemente comum observarem-se violações a ele. Ao longo dos anos 90, os homicídios diminuíram nas grandes cidades dos EUA. Em meados daquela década, nos poucos anos em que se verificou esta tendência de descida, várias cidades implementaram estratégias de redução da criminalidade tendo conseguido bastante publicidade devido a isso. À medida que os homicídios continuavam a diminuir naquelas cidades, os proponentes alegaram que aquelas reduções se deviam às novas estratégias. Contudo, os homicídios haviam começado a diminuir antes das alterações, por isso torna-se difícil atribuir-se o declínio a elas. †† Em resumo, a alegada causa do declínio seguiu-se ao declínio. Se, por outro*

†† Existe outra razão para ser céptico quanto às alterações das políticas terem sido as causas do declínio nos homicídios. Os homicídios diminuíram noutras grandes cidades que não implementaram as mesmas alterações. Para um exame mais detalhado da contribuição da polícia no declínio dos homicídios nos anos 90, ver Eck e Maguire (2000).

*lado, as cidades tivessem implementado as alterações nos anos 90, as alegações de que as alterações haviam causado a queda nos homicídios seriam mais plausíveis.*

*Para se demonstrar que a resposta precedeu o declínio do problema, deveremos saber quando é que a resposta teve início (incluindo a publicidade acerca dela), e ter as medições do problema antes e após a resposta. Esta é um esquema avaliativo do tipo antes/depois (ou pré-pós). Observamos este esquema no exemplo da prostituição quando descrevemos as formas de demonstrar a relação existente. Usamos diversos exemplos de esquemas pré-pós na secção sobre as medições. Pré-pós é o esquema avaliativo mais comum, mas tal não é particularmente forte; isto é, um esquema pré-pós simples pode mostrar um declínio, mas é insuficiente para se poder determinar o que o causou.*

*Apesar da sua simplicidade, este critério poderá ser difícil de cumprir. Mas mesmo que consigamos demonstrar que o declínio no problema se seguiu à resposta, ainda precisamos de cumprir com mais um critério antes de, definitivamente, podermos alegar que foi a resposta o que causou o declínio.*

### **Não existem justificações alternativas plausíveis †**

† O termo técnico para este critério é a “não falsidade”. Uma relação falsa é uma relação hipotética entre duas ou mais variáveis que é falsa ou errónea.

*Continuemos com o problema da prostituição. Dispomos de uma explicação, demonstramos existir uma relação de causa/efeito, e comprovamos que a resposta precedeu o declínio no problema. Agora precisamos de ter a certeza de que nada mais poderia ter causado o declínio. Recordemos que o corredor entre a rua C e os Elms passou por uma série de alterações. Os novos moradores e os antigos que ainda ali vivem estavam a tentar limpar a área. Uma coisa que eles fizeram foi pedir ajuda à polícia, e será que fizeram mais alguma coisa? Suponhamos que a associação de moradores dos Elms “Neighborhood Association (ENA)” e a associação de comerciantes do corredor da rua C “C Street Corridor Business Association (CSCBA)” conseguiram identificar os donos da propriedade vaga e abandonada e exerceram pressão sobre estes para que limpasse a mesma, terminando com o acesso das prostitutas ao local. E suponhamos que esta mudança ocorreu por volta da mesma altura em que foram realizadas as alterações naquelas ruas. Por isso, poderemos vir a pensar que a ENA e a CSCBA foram a causa das mudanças, tanto nas ruas como na utilização daquela propriedade. No caso da mudança na utilização da propriedade ter sido a causa real do declínio da prostituição, e se as mudanças que foram feitas nas ruas se mostraram irrelevantes, mesmo assim conseguimos ver uma relação entre as mudanças nas ruas e aquele declínio e, ainda assim, podemos ver a resposta antes do declínio. Apesar de tudo, alguma outra coisa causou o declínio.*

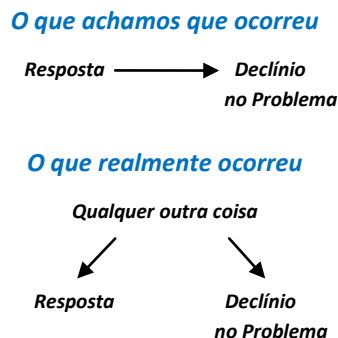
*A Figura 3 ilustra a noção de uma justificação alternativa. A metade superior mostra aquilo em que cremos: a resposta causou o declínio no problema (como é indicado pela seta). Esta crença poderá surgir de uma diversidade de fontes válidas. Apesar de tudo, qualquer outra coisa causou a resposta, e qualquer outra coisa causou o declínio (a metade inferior da figura). Aqui, mais “qualquer coisa” leva-nos a mais resposta e, ao mesmo tempo, a uma redução do problema. A ausência de uma seta entre a resposta e o declínio no problema demonstra que a*

resposta foi irrelevante para o declínio. Um estranho, observando mais da resposta e menos do problema, poderá chegar à conclusão que foi a resposta o que causou o declínio. Nas situações como esta, a relação observada entre a resposta e o declínio é falsa. A possibilidade de um falso relacionamento é uma ameaça à validação de uma avaliação.

Temos uma relativa preocupação que deverá também ser mencionada. A “alguma coisa” poderá não ter originado os nossos esforços de resolução do problema (como foi o caso do exemplo da prostituição); em vez disso, isto poderá ter ocorrido por coincidência mais ou menos na mesma altura da nossa resposta. Falando na prática, poderá não importar se a tal “outra coisa” ocorreu ao mesmo tempo que a nossa resposta, ou se aquela “outra coisa” causou tanto a resposta como o declínio. Em nenhum dos casos foi a resposta o que causou a diminuição do problema.

Para demonstrar uma relação causal entre a resposta e o declínio precisaremos de dispor de sólidas evidências de que não existe “outra coisa”. Para isso, precisaremos de demonstrar que não existem outras justificações razoáveis para o declínio, para além da resposta. Isto é feito através de um exame cuidadoso às contra-alegações mais óbvias e duma avaliação às evidências das mesmas.

**Figura 3. Justificações alternativas**



Excluir justificações alternativas é difícil. Nunca o poderemos fazer definitivamente porque existem muitas causas possíveis para as oscilações que surgem no problema. Tudo o que poderemos fazer é excluir as justificações alternativas para o declínio que forem mais óbvias. Em muitos aspectos é semelhante a demonstrar-se que um suspeito cometeu um crime. Os padrões das evidências variam, dependendo da decisão que se toma. Para se estabelecer a culpa num tribunal criminal são requeridas evidências mais fortes que para solicitar um mandado de detenção. Mas em nenhum dos casos é obrigatória uma absoluta evidência de culpa. Nunca conseguiremos provar que uma resposta causou um declínio num problema porque nunca conseguiremos excluir todas as possíveis justificações alternativas. Contudo, poderemos ter melhores ou piores argumentos para tais alegações. E é aqui que entra o esquema da avaliação. Alguns esquemas permitem alegações de causalidade mais fortes que outros, tal como algumas acusações são mais plausíveis para um júri que outras.

## Esquemas avaliativos †

Um esquema de avaliação é uma estratégia sistemática, coordenada com a resposta, destinada a organizar quando e onde a recolha de dados se fará. Se desenvolvermos o esquema de avaliação juntamente com a resposta a avaliação terá mais probabilidade de produzir informações úteis. Esperar até termos implementado a resposta para se decidir a forma como a iremos avaliar fará com que se torne mais difícil determinar até que ponto ela foi eficaz.

Existem muitos tipos de esquemas de avaliação (ver a secção de “Leituras recomendadas”). Iremos discutir os dois esquemas mais comuns e práticos: o esquema “pré-pós” e o esquema “série temporal interrompida”. O Anexo B descreve esquemas que usam grupos de controlo: um esquema “pré-pós com um grupo de controlo”, e um esquema “série temporal múltipla”. A Tabela 2 sumariza os relacionamentos entre estes quatro esquemas.

**Tabela 2.** Tipos de Esquemas de Avaliação

	<b>Medidas únicas</b> <b>Antes e após</b>	<b>Medidas múltiplas</b> <b>Antes e após</b>
<b>Sem grupo de controlo</b>	Pré-pós	Série temporal interrompida
<b>Com grupo de controlo</b>	Pré-pós com grupo de controlo	Série temporal múltipla

### Esquema pré-pós

O esquema pré-pós mais simples envolve um único tipo de medição do problema, que é realizado tanto antes como após a resposta e, então, comparamos os dados obtidos. Como iremos ver, este esquema é por vezes adequado para determinar se o problema declinou, mas é insuficiente para determinar se foi a resposta que o causou o declínio. †† A Figura 4 ilustra os resultados de um esquema pré-pós. A primeira barra mostra o nível do problema antes da resposta, e a segunda barra mostra o nível do problema posteriormente. A diferença entre as alturas das barras representa as alterações que se verificaram no problema. Embora este exemplo mostre um declínio, não existem garantias disso; poderá haver um aumento ou nenhuma alteração (ver o Anexo A para uma ilustração).

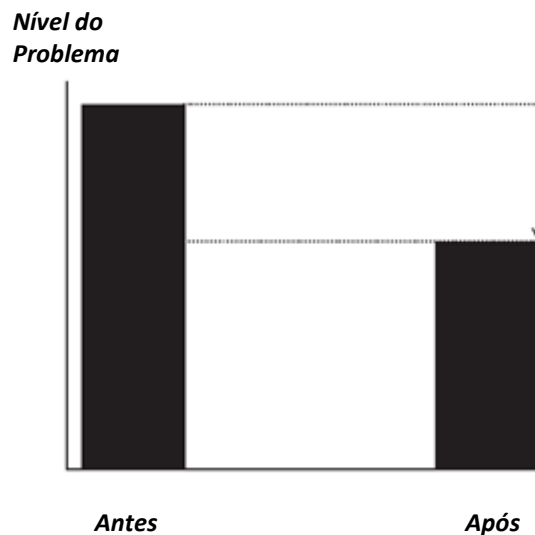
O esquema pré-pós consegue estabelecer uma relação ao demonstrar que existe menos do problema com a resposta

† Os esquemas avaliativos não experimentais não são tratados neste guia porque eles, frequentemente, não conseguem demonstrar que a resposta precedeu o declínio no problema, e porque eles são particularmente pobres ao excluir as justificações alternativas. Os esquemas de avaliação aleatórios, também, não são tratados aqui. Embora sejam poderosos para se estudarem as intervenções genéricas que se aplicam a um grupo de problemas, eles são geralmente impróprios para a operacionalização das resoluções de problemas nos quais o principal interesse é o de reduzir um problema específico. As publicações listadas em “Leituras recomendadas” fornecem informações acerca destes e de outros esquemas que não são descritos aqui.

†† Na maioria dos estudos a avaliações, um teste de significância estatístico é usado para se determinar se a diferença entre as medidas pré e pós resposta são provavelmente devidas às mudanças. Por outras palavras, uma justificação alternativa é a de que as normais oscilações aleatórias no nível do problema são a causa da diferença entre as medições antes e após. Um teste de significância estatístico é mais útil quando a diferença é pequena mas, apesar de tudo, significativa, e o número de ocorrências problemáticas antes da resposta é pequeno. Em tais circunstâncias, as normais oscilações aleatórias são as causas potenciais das alterações no problema. Devido à natureza altamente técnica dos testes de significância, este guia não os abrange. Os leitores interessados em testar a significância poderão aprender mais com textos mais introdutórios às estatísticas, com a documentação que acompanha software estatístico, ou com cientistas das universidades locais que se dedicam ao estudo das estatísticas e das ciências sociais.

que sem ela. Ele também ajuda a demonstrar que a resposta precede o declínio, uma vez que a resposta ocorreu entre as duas medições realizadas. Contudo, se o nível do problema estiver normalmente sujeito a oscilações, então o que verificamos como sendo um declínio poderá simplesmente ser uma normal descida antes de um retorno a um nível mais elevado. As variantes deste simples esquema incluem a recolha de medições na mesma altura do ano, para contabilizar as oscilações sazonais, bem como fazer duas ou três medições antes e duas ou três medições após, para se poder contar com outras oscilações.

**Figura 4.** Medição do impacto num esquema pré-pós



Como temos visto, este esquema é fraco para se poder excluir as justificações alternativas para um declínio num problema. Isto é assim porque qualquer “outra coisa” poderá ter causado a resposta e/ou o declínio. Consideremos dois exemplos nos quais um esquema pré-pós poderá conduzir a resultados confusos.

No primeiro exemplo, suponhamos que, no geral, o problema diminuiu, e que esta diminuição começou antes da medição que se realizou antes da resposta. Se soubermos disto, então poderemos concluir que o declínio teria ocorrido mesmo que não tivéssemos feito nada acerca do problema. Na ausência de informações acerca da tendência de descida, poderemos sentir uma falsa confiança na resposta (o Anexo A ilustra isto com maior detalhe).

No segundo exemplo, os resultados pré-pós mostram que não houve alterações no problema (ou que, até, houve um ligeiro aumento no mesmo). Com base nestes resultados, poderemos vir a acreditar que a resposta foi ineficaz. Contudo, se soubermos que a tendência a longo prazo era a de que o problema viria a ser muito pior, então poderemos chegar à conclusão que a resposta poderá ter evitado muito daquele declínio. Neste caso, o esquema pré-pós dá-nos a falsa impressão de que a resposta foi ineficaz.

Quando se examinam os resultados pré-pós, deveremos também ter em consideração onde a resposta foi implementada. Muitos problemas mantêm-se por longos períodos, com muitas subidas e descidas. Mesmo sem quaisquer intervenções, tais problemas sofrem oscilações, embora essas oscilações se façam à volta de uma média constante. Os esforços de resolução

do problema têm mais probabilidade de serem desencadeados quando o problema atinge um determinado pico, ao qual, de qualquer forma, se seguirá um normal declínio. Por isso, um declínio poderá ser mais devido a este processo automático que devido à resposta. † De seguida examinaremos esquemas que excluem esta justificação alternativa em particular.

† O termo técnico para este processo automático é "regressão ao meio".

### **Esquema de série temporal interrompida**

O esquema da série temporal interrompida é, de longe, superior ao esquema pré-pós porque trata de muitos dos assuntos discutidos acima. Com este esquema, fazemos muitas medições ao problema antes da resposta. Isto permite-nos observar a tendência pré-resposta que existe no problema. Então, faremos várias medições ao problema após a resposta. A comparação da tendência anterior com a tendência posterior dá-nos um indicador da eficácia. Isto é possível se utilizarmos os dados dos registos criminais ou outras informações recolhidas rotineiramente por outros organismos públicos ou privados. Será mais difícil se tivermos que dar início a um esforço especial de recolha de dados, como um inquérito à população.

A abordagem básica consiste na utilização de medições repetidas ao problema antes da resposta, para se tentar prever qual será o provável nível do problema após a resposta. Se a diferença, entre o que foi previsto e as medições efetuadas após a resposta, for significativa e negativa, isto indica que a resposta foi eficaz (ver o Anexo A).

Este esquema fornece-nos fortes evidências de que a resposta precedeu o declínio no problema, porque conseguimos identificar as tendências pré-existentes. Se os procedimentos para se medir o problema não sofreram alterações, este esquema exclui a maioria das justificações alternativas para a diminuição, incluindo a justificação do processo automático citado.

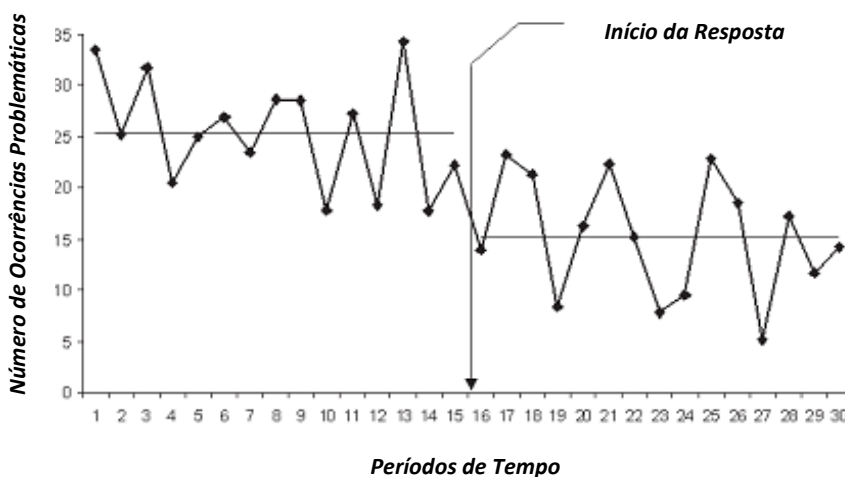
Deveremos ter em atenção de que é a quantidade de períodos medidos que importa, não o tamanho dos períodos de tempo. Assim, por exemplo, os dados anuais dos três anos anteriores e posteriores à resposta são muito menos úteis que as medições relativas aos 30 meses antes e após a resposta, mesmo apesar de ter decorrido menos tempo.

Poderemos ser tentados a levar isto ao extremo. Se os dados mensais forem melhores que os dados anuais, porque não recolher dados semanalmente, diariamente, ou mesmo hora a hora? A resposta é a de que, para muitos dos crimes, à medida que o intervalo de tempo de encurta, o número de crimes por intervalo passa a ser demasiado pequeno para nos poder conduzir a conclusões com significado. Se o número de ocorrências for extremamente grande (como é por vezes o caso dos dados relativos às chamadas de serviço de áreas de grandes dimensões), então intervalos de tempo curtos poderão ser úteis. Mas se o número de ocorrências for muito pequeno (como no casos dos homicídios ou das violações entre estranhos), então poderemos ter que usar grandes intervalos de tempo.

Na Figura 5, os pontos no gráfico representam medições do problema recolhidas em diferentes alturas. As linhas horizontais representam a tendência (neste caso, a média ou o meio) dos períodos antes e depois. Existe muita variação à volta dos valores medianos para ambos os períodos, e esta variação poderá por vezes toldar os efeitos da resposta.

Uma vez que a tendência é plana, a previsão consiste numa linha horizontal projetada com base no número médio de incidentes por período de tempo. Uma comparação do nível médio do problema, antes e depois da resposta, mostra um declínio. Se o problema tem tido uma tendência de crescimento, então usaríamos uma projeção ascendente em diagonal e teríamos que calcular essa inclinação (o Anexo A dá-nos um exemplo). Quanto mais períodos de tempo analisamos antes da resposta, tanto mais confiantes estaremos de que conhecemos a trajetória do problema. Quanto mais períodos de tempo analisamos após a resposta, tanto mais confiantes estaremos de que essa trajetória se alterou. Os cálculos envolvidos na análise de um esquema de uma série temporal interrompida poderão ser bastante complicados e absorventes, por isso se tivermos que nos apoiar bastante nos resultados da avaliação poderá ser útil procurar a ajuda de um perito.

**Figura 5.** Medição do impacto num esquema do tipo série de tempo interrompido



Idealmente, a única diferença entre os períodos de tempo, antes e depois da resposta, é a presença da própria resposta. Se for este o caso, então as conclusões baseadas neste esquema apresentam um grau elevado de legitimidade.

A maior fraqueza do esquema da série temporal interrompida é a possibilidade de que qualquer outra coisa que tenha ocorrido, ao mesmo tempo que a resposta, tenha dado origem à mudança observada no problema. Para se excluir esta justificação alternativa, poderemos adicionar uma segunda série temporal para servir de grupo de controlo (ver o Anexo B).

Mesmo que estejamos interessados em determinar somente até que ponto o problema diminuiu (e ter pouco interesse em estabelecer o que causou o declínio), um esquema de série temporal interrompida, ainda assim, é superior a um esquema pré-pós. Isto é assim porque um esquema de série temporal interrompida pode mostrar-nos até que ponto o problema contraiu

*e se manteve contido. Como foi referido acima, os problemas podem oscilar, por isso é desejável determinar-se a solidez do declínio. Quanto mais longa for a série de tempo após o declínio, tanto maior será a nossa confiança de que o problema foi eliminado, ou de que se mantém estável a um nível muito reduzido.*

*Embora os esquemas de série temporal interrompida sejam superiores aos esquemas pré-pós, nem sempre eles são práticos. Aqui temos cinco razões mais comuns para isso:*

- *As medições são dispendiosas ou difíceis.*
- *Os dados relativos a muitos dos períodos antes da resposta não se encontram disponíveis.*
- *Os decisores não podem esperar que passe o tempo suficiente após a resposta.*
- *As práticas de recolha de dados alteraram-se, tornando as comparações inter-períodos inválidas.*
- *As ocorrências problemáticas são raras em intervalos de tempo curtos, obrigando-nos a usar menos intervalos e mais longos.*

*Sob estas condições, um esquema pré-pós poderá ser a alternativa mais prática.*

### **Selecionar e combinar esquemas**

*Embora tenhamos examinado os esquemas pré-pós e série temporal interrompida em separado (aqui e no Anexo B), em muitos casos, poderemos usar dois ou mais esquemas para testar a eficácia de uma resposta. Isto é particularmente útil se tivermos várias medidas do problema (por exemplo, os dados relativos aos crimes denunciados e informações provenientes de inquéritos à população) relativas a diferentes períodos. Usar uma combinação de esquemas escolhidos para excluir justificações alternativas particularmente problemáticas poderá ser, de longe, muito mais útil do que aderir estritamente a um único esquema.*

*Ao considerar que tipo de esquema, ou combinação de esquemas, a usar, devemos ter em mente de que não conseguiremos excluir todas as justificações alternativas para o declínio de um problema. Baseados nos nossos recursos disponíveis, deveremos selecionar o esquema mais simples que nos permita excluir as justificações alternativas mais óbvias. Por outras palavras, deveremos antecipar tais justificações antes de selecionarmos o esquema a usar. Uma vez mais, a nossa análise do problema deverá permitir-nos alguma compreensão do mesmo.*

*Antes de tratarmos da deslocalização espacial do crime e das incivildades, e da difusão espacial dos benefícios da prevenção criminal, devemos recordar que existem dois possíveis objetivos para a avaliação. O primeiro é para se demonstrar que o problema diminuiu. O segundo é para conseguir suficientes evidências para, legitimamente, se poder alegar que foi a resposta a causa da diminuição. O segundo objetivo só é importante se pretendermos vir a usar a mesma resposta de novo. Se sim, precisaremos de provar que a resposta é eficaz – de que a mesma causou uma diminuição do problema. Se não pretendermos vir a utilizar a resposta de novo (ou recomendá-la a outros), então não existe uma necessidade real de recolher evidências*



suficientes para demonstrar que foi a resposta o que causou a diminuição. Neste caso, podemos afirmar que existia um problema, que implementamos uma resposta, e que o problema diminuiu, mas não sabemos se o declínio foi devido à resposta ou a outros fatores.

### **Deslocalização espacial do crime e das incivilidades, e difusão espacial dos benefícios da prevenção criminal**

Uma preocupação comum acerca das respostas de resolução de problemas é a de que elas resultam numa deslocalização espacial do crime, ou das incivilidades – a transferência do crime, ou das incivilidades, da área-alvo para áreas vizinhas. Esta possibilidade, provavelmente, não será tão grande como se poderá imaginar.<sup>6</sup> Contudo, embora a deslocalização esteja longe de ser inevitável, deveremos ter em consideração essa possibilidade. Além disso, existem evidências crescentes de que algumas respostas têm efeitos positivos que se espalham para além da área-alvo. Isto é chamado de difusão espacial dos benefícios da prevenção criminal. Embora nem todas as respostas resultem em benefícios, para além daqueles planeados, algumas sim, pelo que, também, deveremos ter em consideração esta possibilidade. Se não estivermos a contar com a deslocalização e a difusão, poderemos vir a produzir resultados da avaliação enganadores. Para vermos como isto pode ocorrer, e para aprendermos como tratar disto, vamos usar um problema de assaltos a residências como exemplo.

Suponhamos que temos um bairro de apartamentos, com 150 unidades residenciais, que vem sendo atormentado por assaltos (chamaremos este de bairro-alvo). Ao longo da rua existe um bairro com 120 apartamentos que tem sofrido alguns assaltos, mas não tantos como o bairro-alvo (chamaremos este de bairro vizinho). Embora construídos em diferentes alturas, com algumas diferenças arquitectónicas, os ocupantes das casas dos dois bairros são muito semelhantes no que toca aos rendimentos, à raça e ao número de filhos. A cerca de 6 km, existe um terceiro bairro com 180 apartamentos que, também, é semelhante ao bairro-alvo. Agora, imaginemos que os dados relativos aos crimes denunciados mostram uma média de 20 assaltos por mês no bairro-alvo antes da resposta, e uma média de 10 após a mesma (uma diminuição de 50%). Embora isto possa parecer um grande sucesso, queremos determinar se a diminuição teria ocorrido, mesmo assim, apesar da resposta.

**Cenário A.** Pegamos no bairro vizinho para servir de controlo (ver o Anexo B), e chegamos à conclusão que este teve uma média de sete assaltos por mês antes da resposta, e uma média de 12 após a resposta. Um grupo de controlo, supostamente, deveria demonstrar o que teria ocorrido na ausência de uma resposta, por isso podemos concluir – baseados no aumento dos assaltos no grupo de controlo – que o bairro-alvo também teria sofrido um aumento, se não tivesse sido intervencionado pela resposta. Será esta uma conclusão válida? Talvez não. Se a deslocalização tiver ocorrido, cerca de um quarto dos assaltos que ocorreram no bairro-alvo estarão agora a ocorrer no bairro vizinho. A resposta poderá ter tido sucesso, mas não foi tão bem sucedida como esperávamos. Se o crime ou as incivilidades se transferirem para a área de controlo, então o sucesso da resposta será artificialmente inflacionado.

**Cenário B.** Os assaltos no bairro vizinho decaíram de uma média de sete por mês antes da resposta para dois após a resposta (uma diminuição de 71%). Se o bairro vizinho for o grupo de controlo, então, numa base percentual, o bairro-alvo ficou pior. Talvez fosse melhor nada termos feito.

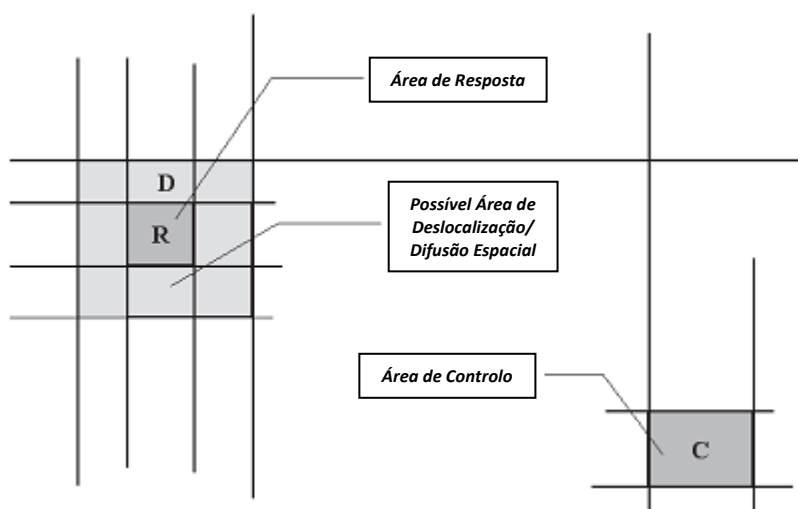
Mas, suponhamos que o que realmente ocorreu foi que os mesmos assaltantes estavam a rapinar em ambos os bairros. Após a resposta, eles decidem jogar pelo seguro e reduzir os seus esforços em ambos os bairros. Isto significa que, em vez de ter falhado, a resposta teve, de longe, muito mais sucesso do que o previsto. Como consequência, existiu uma difusão de benefícios do bairro-alvo para o bairro vizinho. Assim, usar o bairro vizinho como controlo leva-nos a subestimar bastante o sucesso da nossa resposta. Se os benefícios se estenderem à área de controlo, então o sucesso da nossa resposta será artificialmente deflacionado.

**Cenário C.** Pegamos no bairro que dista 6Km, usando-o como grupo de controlo, e usamos o bairro vizinho para determinar se ocorreu deslocalização ou difusão. Se a distância evitou que o terceiro bairro registasse efeitos positivos ou negativos, então este é um grupo de controlo útil.

A Figura 6 mostra a relação entre a área de resposta (R), a área de controlo (C), e a área de deslocalização/difusão (D). C não está ligada a outras áreas, enquanto D rodeia R. Este arranjo é útil no caso das três áreas serem semelhantes, desde que a área de controlo esteja isolada da área de resposta, e desde que a área de deslocalização/difusão não esteja.

Embora a distância possa dar um certo isolamento, isso não é garantido. Se R, C, e D forem bairros de habitação social, e se a autoridade que regula a habitação social for capaz de realojar os inquilinos pelos diferentes bairros, então os ofensores da área R, provavelmente, saberão acerca da área C, e muitos terão pessoas suas conhecidas ali a residir. Consequentemente a área C poderá ser sujeita a deslocalização ou difusão. Por outro lado, duas áreas poderão estar juntas e contudo bem isoladas uma da outra, se existirem barreiras à movimentação (e.g., rios, desfiladeiros, ou auto-estradas).

**Figura 6.** Tratamento da possível deslocalização ou difusão



*A comparação entre o bairro-alvo e o terceiro bairro dá-nos uma estimativa dos benefícios da nossa resposta. A comparação do bairro vizinho com o terceiro bairro diz-nos se ocorreu uma deslocalização ou uma difusão. Poderemos combinar os resultados para fazermos uma estimativa do efeito líquido (ver o Anexo C). Se os assaltos na área-alvo caíram para 10, se na área de controlo caíram para 3, e se na área de deslocalização/difusão caíram para 2, então a redução líquida nos assaltos, por mês, seria  $-10+3-2=-9$ . Se os assaltos na área de deslocalização/difusão aumentaram em 2, então a redução líquida seria  $-10+3+2=-5$ . O princípio básico é o de que removemos da alteração no problema a alteração que, de qualquer forma, teria ocorrido. Então, aumentamos a redução no problema se ocorrer uma difusão, ou diminuimos a redução se ocorrer uma deslocalização.*

## Conclusões

*Este guia fez uma introdução a alguns princípios básicos para se avaliar a eficácia dos esforços de resolução de problemas. Todas estas avaliações obrigam a medições válidas e sistemáticas do problema, recolhidas tanto antes como após a resposta. Existem dois possíveis objetivos para qualquer avaliação às resoluções de problemas. O primeiro é para demonstrar que o problema diminuiu o suficiente para se poder terminar com a resposta. Este é o requisito mais básico de uma avaliação. Em muitas circunstâncias, é igualmente útil determinar se foi a resposta o que causou o declínio. Se esperarmos vir a usar a resposta de novo em problemas semelhantes (ou no mesmo problema, se este voltar a ocorrer), então é importante determinar isso mesmo. Isto implica uma avaliação que exclua as justificações alternativas mais prováveis - uma que use quer uma série temporal interrompida ou um grupo de controlo (ver o Anexo B). O grupo de controlo diz-nos qual seria, provavelmente, o nível do problema na ausência dos esforços de resolução do problema.*

*Devemos comparar os resultados da avaliação do impacto com os da avaliação do processo para determinar até que ponto a resposta foi implementada conforme o planeado, e qual foi o seu impacto. Com esta informação, poderemos ajustar a resposta ou desenvolver uma nova. Esta informação deverá, também, poder ajudar outros quando estiverem a tratar de problemas semelhantes.*

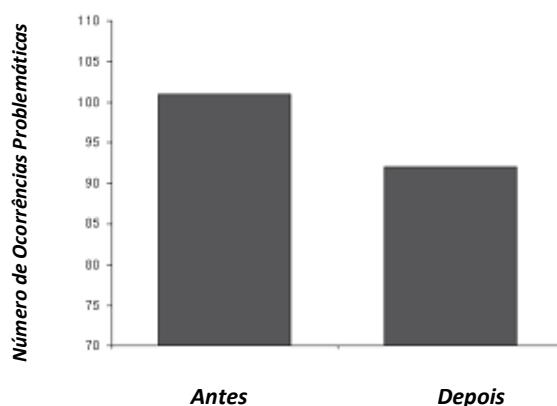
*Um tema recorrente neste guia é o de que um esquema de avaliação constrói-se em cima dos conhecimentos obtidos durante a análise do problema. Fazer avaliações abalizadas obriga a conhecimentos detalhados sobre o problema, de forma a podermos desenvolver medidas úteis e a antever as possíveis razões para um declínio no problema no seguimento da resposta.*

*Avaliar os esforços de prevenção pode ser extremamente complexo. Para os esforços de resolução de problemas de pequena dimensão, nos quais os custos das conclusões erróneas não são graves, e onde as inferências causais fracas são toleráveis, a informação fornecida aqui deverá ser suficiente. Se, contudo, muito depender do resultado, é importante demonstrar até que ponto foi a resposta a causadora da diminuição do problema, ou de que existem graves consequências por se tirar conclusões erradas, então devemos procurar ajuda profissional para o desenvolvimento de uma avaliação rigorosa. Logo que tenhamos identificado um problema, devemos decidir, o mais cedo possível, até que ponto deveremos solicitar o apoio de um avaliador externo para se poder fazer uma medição anterior adequada, e para desenvolver um esquema rigoroso.*

## Anexo A: Os efeitos do número de períodos de tempo sobre a validade das conclusões da avaliação

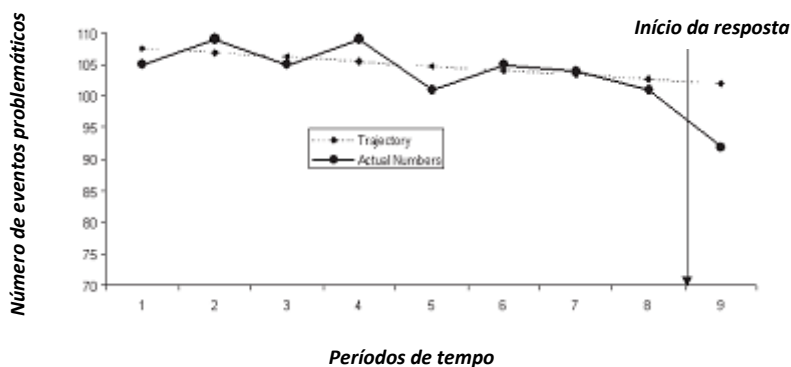
Para se compreender a importância de se examinarem um grande número de períodos de tempo, tomemos em consideração o seguinte exemplo hipotético. Todos os gráficos que se seguem referem-se às mesmas séries periódicas (mostradas até à Figura A.4 na página 39). A resposta foi implementada entre os períodos 19 e 20. As Figuras de A.1 a A.3 mostram aquilo que um avaliador veria no caso de ter escolhido diferentes períodos de tempo em qualquer dos lados da implementação. Como podemos ver, estas diferentes perspetivas sugerem diferentes conclusões.

**Figura A.1.** Esquema Pré-Pós com dois períodos



A Figura A.2 mostra nove períodos de tempo – de 12 a 20 na mesma série – oito períodos antes da resposta, e um após a resposta. Utilizando mais períodos temos a oportunidade de examinar a tendência existente no problema antes da resposta - a linha direita mostra esta tendência (trajetória). Estendendo a trajetória por um período para além da altura em que a resposta se iniciou permite-nos comparar aquilo que esperaríamos se a resposta não fosse implementada (trajetória) com o nível atual do problema.

**Figura A.2.** Esquema de Série Temporal de nove períodos

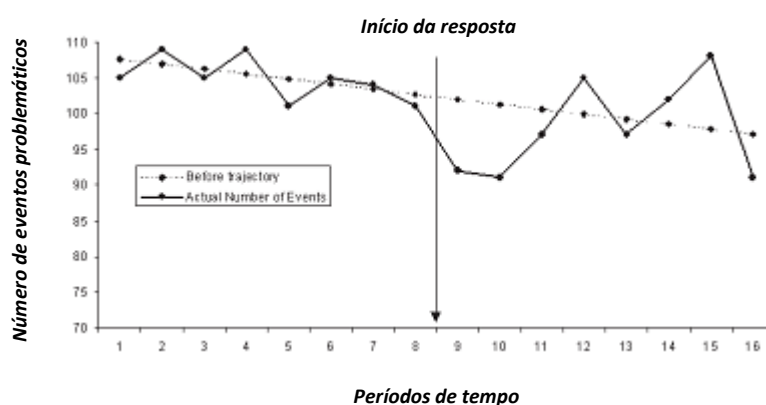


Pelo que podemos ver é óbvio que o problema tinha uma tendência de descida antes da resposta – isto é, a resposta não foi responsável por todo o declínio. Ainda assim, parece que ocorreu uma maior descida no problema após a resposta do que aquele que podíamos estar à espera devido somente àquela tendência.

Os períodos antes da resposta ajudam a estabelecer a trajetória da série temporal do problema. Aqui focamo-nos, exclusivamente, sobre a tendência geral, mas também é possível procurar-se por oscilações recorrentes sazonais, ou outras.

Estendendo os dados por diversos períodos após a resposta ajudar-nos-á a determinar a estabilidade da mesma. Será que a resposta continua a ser eficaz, contribuindo para reduzir ainda mais o problema? Ou será que a resposta se desvaneceu, permitindo que o problema retrocedesse? A Figura A.3 mostra-nos sete períodos adicionais após a resposta. Baseados nos dados pré-resposta, a mesma linha de tendência é usada, mas agora é delineada sobre oito períodos após a resposta. Podemos ver que o problema retrocedeu e, então, parece oscilar à volta da linha de tendência. Por isso, na melhor das hipóteses, a resposta ajudou temporariamente.

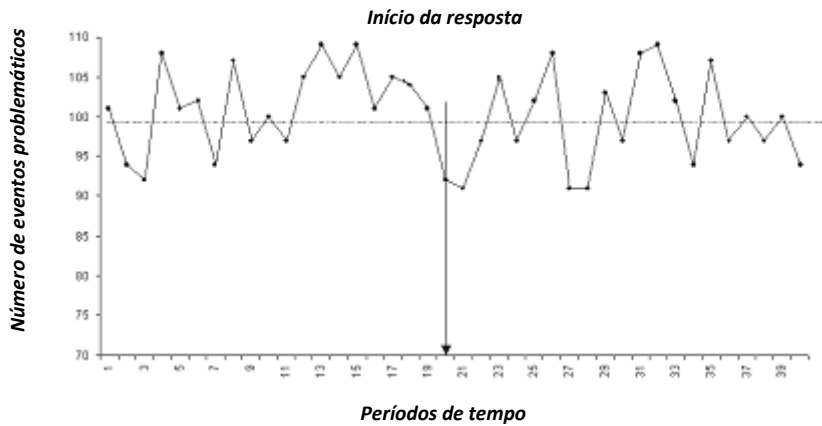
**Figura A.3.** Esquema de uma série de 16 períodos de tempo



Poderá ser tentador acabar com a história aqui, mas será proveitoso examinar-se toda a série de 40 períodos de onde as três figuras prévias foram extraídas. A Figura A.4 mostra esta série.

Resulta daqui que esta série temporal tem uma trajetória plana. O nível do problema oscila à volta de 100 ocorrências por período. Minando-nos, ainda mais, a nossa confiança na resposta vemos que existem pelo menos dois períodos pré-resposta com declínios idênticos àqueles que vemos após a resposta. Por isso, parece que aquilo que pensamos ser um declínio devido à resposta poderá muito bem ser uma oscilação temporária devido a normais variações no problema.

**Figura A.4.** Esquema de série temporal de 40 períodos



Ao contrário dos dados reais – com os quais nunca estamos totalmente seguros das causas – com estes dados artificiais sabemos, com absoluta certeza, que as variações à volta das 100 ocorrências por período são aleatórias. † Isto inclui os períodos imediatamente antes e após a resposta. O exemplo mostra que podemos facilmente interpretar mal as oscilações aleatórias dos dados como se tratando de alterações com significado. É útil notar-se que um teste de significância para se detetar a aleatoriedade num esquema pré-pós poderá, na realidade, sugerir que uma queda não seja devida a alterações aleatórias. Isto é assim porque a aleatoriedade afeta a totalidade da série, e o esquema pré-pós cobre somente uma pequena parte da série.

† Isto é assim porque a série de dados foi criada estabelecendo-se um nível constante para o problema, e então usando-se um gerador de números aleatórios para fornecer as oscilações à volta daquele nível.

## Anexo B: Esquema avaliativo com grupos de controlo

O esquema avaliativo discutido no corpo do texto foca-se sobre os dados da área que é alvo da resposta. Se pretendemos determinar até que ponto a resposta causou a diminuição do problema, é frequentemente útil utilizar-se um grupo de controlo. Os grupos de controlo também são importantes para se obterem estimativas razoáveis relativamente ao tamanho da deslocalização e da difusão espacial. Podemos usar grupos de controlo tanto nos esquemas pré-pós como nos de série temporal interrompida.

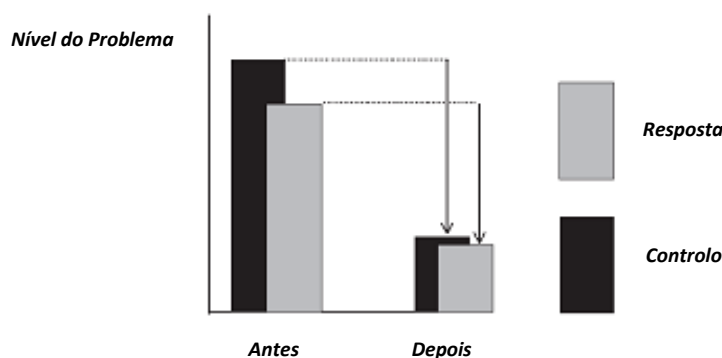
### Esquema pré-pós com grupo de controlo<sup>†</sup>

A adição de um grupo de controlo a um esquema pré-pós é um melhoramento a este tipo de esquema. O grupo de controlo não recebe a resposta, mesmo apesar de poder ter um problema semelhante ao do grupo de resposta. Como foi referida acima, o propósito de um grupo de controlo é o de demonstrar o que poderia ter ocorrido na ausência da resposta. Estar ciente disto pode-nos ajudar a excluir algumas das justificações alternativas para o declínio do problema.

Por exemplo, digamos que estamos preocupados que um declínio dos assaltos num bairro de apartamentos, onde implementamos uma resposta, possa, simplesmente, estar a refletir um declínio generalizado dos assaltos a residências em toda a cidade. Para excluir esta justificação alternativa, contabilizamos os assaltos num bairro de apartamentos semelhante àquele que recebeu a resposta. Se o bairro-alvo apresentar uma maior redução que o grupo de controlo, poderemos excluir a tendência da cidade como possível causa do declínio. A nossa confiança no que descobrimos é diretamente proporcional à similaridade entre o grupo de resposta e o grupo de controlo.

A Figura B.1, nesta página, mostra um exemplo de um esquema pré-pós com grupo de controlo. Ela indica que a resposta foi ineficaz, porque o problema do grupo de controlo diminuiu mais que o do grupo de resposta. Por outras palavras, o declínio do grupo de controlo sugere que, na ausência da resposta, o problema teria diminuído mais do que aquilo que diminuiu com a resposta. Neste exemplo, a resposta tornou as coisas piores.

**Figura B.1.** Medição do impacto num esquema pré-pós com grupo de controlo





*Uma potencial fraqueza de um esquema pré-pós com grupo de controlo é a possibilidade de as diferenças entre o grupo de resposta e o grupo de controlo, e não a resposta, virem a causar uma alteração no problema. Por outras palavras, o grupo de controlo não fornece uma medida válida daquilo que teria ocorrido no grupo de resposta, na ausência da resposta. Por exemplo, digamos que pretendemos avaliar uma resposta aos furtos ocorridos em viaturas estacionadas num parque de estacionamento de um centro comercial. Em vez de se usar um outro centro comercial, com um problema semelhante, como grupo de controlo, usaremos uma zona comercial da baixa da cidade (central business district - CBD). Embora o centro comercial e o CBD possam ter problemas aparentemente semelhantes, os padrões de estacionamento (lugares versus ruas), os padrões de vendas (noites e fins-de-semana versus dias úteis), os padrões das ruas (suburbanas vs. urbanas), etc., poderão fazer com que o CBD seja demasiado diferente do centro comercial para que possa ser usado como grupo de controlo válido. Um grupo de controlo melhor seria um que partilhasse muitas das características que, de alguma forma, fossem contributivas para os furtos no interior de viaturas (lugares de estacionamento semelhantes com esquemas de segurança parecidos, padrões de vendas semelhantes, etc.).*

*Um grupo de controlo deverá partilhar o máximo de características possíveis com o grupo de resposta. Idealmente, elas deverão ser as mesmas, mas isto por norma é impossível em contextos operacionais. Uma vez que os grupos de controlo e de resposta serão, de alguma forma, semelhantes nalguns aspetos e não noutros, de que forma deverão ser, eles, o mais semelhantes possível? Obviamente, a resposta depende da forma como o problema está a ser tratado. O melhor grupo de controlo é aquele que tem o mesmo tipo de problema e no qual a resposta poderá vir a ser uma intervenção possível. Por outras palavras, a justificação para a forma como a resposta funcionou (o primeiro critério necessário para se estabelecer a causalidade) aplicar-se-á igualmente bem a ambos os grupos.*

*Mesmo sob estas condições, este esquema poderá não excluir algumas das justificações alternativas. Consideremos a preocupação de que os processos automáticos sejam a causa de um declínio. Se o grupo de resposta apresentar um nível do problema anormalmente elevado, e o grupo de controlo apresentar um nível do problema anormalmente baixo, então o grupo de resposta, automaticamente, melhorará, e o grupo de controlo, automaticamente, ficará pior, apesar da resposta. De forma a se excluir esta justificação alternativa, iremos precisar de evidências de que o grupo de resposta não tem um nível problemático anormalmente elevado, e que o grupo de controlo não tem um nível problemático anormalmente baixo. Outra forma de se excluir esta justificação alternativa é usando-se um esquema do tipo série temporal. No corpo do texto, examinamos uma série temporal simples. Podemos melhorar este esquema ao adicionarmos uma série temporal de controlo.*

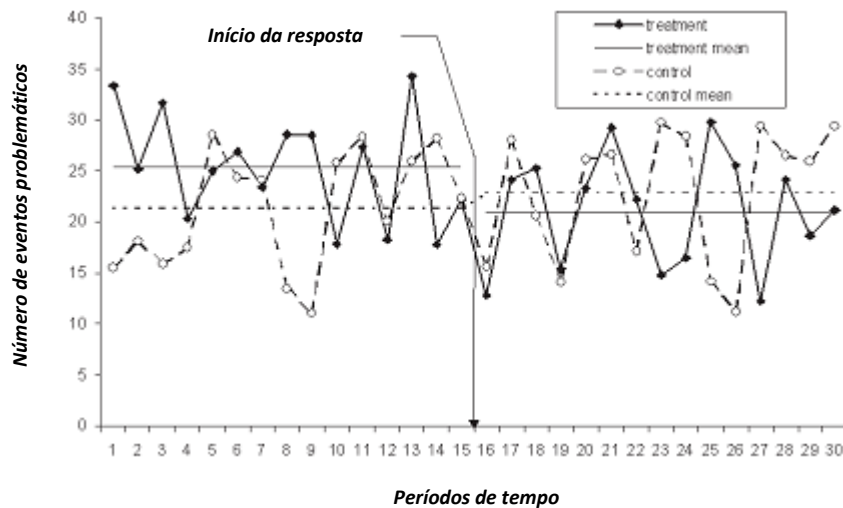
### **Esquema de série temporal múltipla**

*Quando usamos duas ou mais séries temporais, estamos a utilizar um esquema de série temporal múltiplo. Este esquema exclui a maioria das justificações alternativas para as alterações a um problema - a Figura B.2 ilustra uma série temporal múltipla. A linha sólida flutuante representa os níveis do problema, relativamente ao grupo de resposta, antes e após a*

resposta. As linhas horizontais sólidas representam os níveis do problema, pré e pós resposta, daquele grupo. Embora seja difícil de ver, existe um declínio definitivo na média dos níveis do problema após a resposta.

As linhas tracejadas representam as tendências do grupo de controlo. O problema piorou ligeiramente para este grupo após a resposta. Isto sugere que, na ausência da resposta, o problema não se teria alterado, e poderia até tornar-se pior.

**Figura B.2.** Medição do impacto num esquema de série temporal múltiplo



## Anexo C: Calculando o efeito líquido da resposta

Qual é o efeito líquido de uma resposta, tendo em conta as alterações ao problema que, de qualquer forma, possam vir a ocorrer (como surgem na área de controlo), bem como a deslocalização ou a difusão (como surgem numa área próxima semelhante)? Para cada uma das três áreas – de resposta, de controlo e de deslocalização/difusão – adotamos medidas pré e pós resposta que nos possam mostrar um aumento, ou uma diminuição, nos níveis do problema.

Uma vez que as três áreas podem ter diferentes níveis básicos de crime, deveremos normalizar as alterações ao crime antes e após a resposta. Para isso, em cada área, dividimos a diferença no crime pela quantidade de crime existente no período anterior. O resultado desta divisão é a alteração proporcional no crime. A fórmula é a seguinte:  $(\text{crime após} - \text{crime antes}) / (\text{crime antes}) = \text{alteração proporcional no crime}$ .

O efeito líquido é a soma das três alterações proporcionais. Mas, porque estamos a lidar com o crime e outras atividades maléficas, o nosso interesse prende-se com os declínios. Tratamos um declínio no problema, na área de resposta, como número negativo (uma vez o número antes é maior que o número após). Da mesma forma, tratamos um declínio na área de deslocalização/difusão como número negativo. (Um declínio nesta área indica a presença de difusão, enquanto um aumento indica a presença de deslocalização). Tratamos um declínio na área de controlo como número positivo, e um aumento como número negativo. Isto garante que, se as mudanças nos níveis do problema nas áreas de controlo e de resposta forem na mesma direção e pela mesma quantidade, o efeito líquido será zero (partindo do princípio que não se registou deslocalização ou difusão).

A Tabela C.1 mostra o sinal (positivo ou negativo) a usar para cada área, dependendo da direção da alteração que surja entre o período anterior e o posterior. Somando estas alterações, usando os sinais apropriados, obtemos o efeito líquido da resposta. É de notar que, se a área de resposta sofrer um aumento, a área de controlo terá um aumento ainda maior, e não havendo deslocalização ou difusão, então o efeito líquido é negativo, sugerindo que a resposta manteve o nível do problema mais baixo do que aquilo que teria sido se fosse de outra forma.

Tabela C.1. Sinais usados para se calcular o efeito líquido

	Alteração no nível do problema	
	Declínio	Aumento
Área de Resposta	-	+
Área de Deslocalização/Difusão	-	+
Área de Controlo	+	-

## Anexo D: Sumário das forças e das fraquezas de um esquema avaliativo

<b>Esquema</b>	<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
<b>Pré-Pós</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- É simples e fácil de implementar</li> <li>- Pode facilmente ser usado em inquéritos</li> <li>- Pode dar uma estimativa razoável das alterações ao problema pós resposta</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pode mostrar as alterações ao problema somente a curto prazo</li> <li>- Não serve para se ter em conta as tendências pré-existentes</li> <li>- Não serve para ser em conta a possibilidade de algum outro fator que ocorra ao mesmo tempo que a resposta, e que leva a alterações ao problema</li> <li>- É muito fraco para se excluir outras justificações alternativas</li> </ul>
<b>Série de Tempo Interrompido</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- É fácil de usar com os dados recolhidos rotineiramente ao longo de vários períodos de tempo</li> <li>- Pode excluir as tendências pré-existentes e muitas outras justificações alternativas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- É muito difícil de usar no caso de se empregarem métodos especiais de recolha de dados, como os inquéritos, para medir o problema</li> <li>- Não serve para se ter em conta a possibilidade de algum outro fator ocorrer ao mesmo tempo que a resposta, e que leva a alterações ao problema</li> <li>- Leva muito tempo a estabelecer-se resultados</li> <li>- É de difícil interpretação quando existem poucas ocorrências problemáticas por período de tempo antes da resposta</li> </ul>
<b>Pré-pós com Grupo de Controlo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pode facilmente ser usado com inquéritos</li> <li>- Pode servir para se ter em conta a possibilidade de algum outro fator ter ocorrido ao mesmo tempo que a resposta, e que tenha causado a alteração ao problema</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Só consegue mostrar alterações de curto prazo no problema</li> <li>- Obriga à existência de um grupo de controlo que seja semelhante ao grupo de resposta</li> </ul>
<b>Série de Tempo Múltiplo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- É fácil de usar com os dados recolhidos rotineiramente ao longo de vários períodos de tempo</li> <li>- Consegue excluir as tendências pré-existentes e muitas outras justificações alternativas</li> <li>- Serve para se ter em conta a possibilidade de algum outro fator ter ocorrido ao mesmo tempo que a resposta, e que tenha levado o problema a alterar-se</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- É muito difícil de usar se os métodos de recolha de dados, como os inquéritos, forem empregues para medir o problema</li> <li>- Obriga a um grupo de controlo semelhante ao grupo de resposta</li> <li>- Demora bastante tempo até se obterem resultados</li> <li>- É de difícil interpretação quando existem poucas ocorrências problemáticas por período de tempo antes da resposta</li> </ul>

## **Anexo E: Checklist para avaliação da resolução de um problema**

A seguinte checklist fornece-nos um sumário dos assuntos que deveremos ter em consideração ao avaliarmos os esforços de resolução de um problema. Ela deverá ser interpretada como sendo um guião genérico, e não como um conjunto de regras rígidas. Esta checklist é mais útil se for usada durante todo o processo de resolução de um problema, começando logo na fase da identificação do mesmo.

### **I. Considerações iniciais**

Deveremos ter em consideração as seguintes questões durante as fases da identificação, da análise e da resposta.

#### **A. O que é que a avaliação nos irá ajudar a decidir?**

- 1. Deveremos continuar com os esforços de resolução do problema? Se esta for a única decisão que a avaliação nos irá ajudar a tomar, então um esquema de avaliação simples será suficiente (ver a questão III.A).
- 2. Será que o nosso organismo, ou outros, deverão usar a mesma resposta para problemas semelhantes? Se sim, então devemos considerar a utilização de um grupo de controlo no esquema de avaliação (ver a questão III.A).
- 3. Não existem decisões a tomar. Se não for necessário tomar qualquer decisão, então uma avaliação não terá qualquer utilidade.

#### **B. Conhecemos o problema? (precisamos responder às seguintes questões com alguma precisão para podermos desenvolver a resposta e para avaliar o seu custo/eficácia. Se não conseguirmos dar-lhes resposta com alguma precisão, então deveremos fazer mais qualquer coisa para analisar o problema).**

- 1. A quem é que o problema afeta? A quem é que não afeta?
- 2. Como é que podemos medir o malefício?
- 3. Onde é que o problema ocorre? Onde é que ele não ocorre?
- 4. Quando é que o problema ocorre? Quando é que ele não ocorre?
- 5. O que é que causa o problema? O que é que o previne ou o reduz?

#### **C. Sabemos como é que a resposta funciona? (Precisamos responder às seguintes questões para podermos determinar se a resposta tem alguma probabilidade de ser eficaz, e para garantir a responsabilidade durante a implementação. Se não formos**

*capazes de responder às mesmas, então os planos da nossa resposta são inadequados, e precisamos de nos focar mais sobre a fase da resposta).*

- 1. De que forma a resposta afeta as causas do problema?
- 2. Quem é responsável pela implementação da resposta?
- 3. Quando se presume que a resposta seja implementada?
- 4. Onde se presume que a resposta seja implementada?
- 5. Quanto tempo demorará até que a resposta provoque efeitos notáveis no problema?
- 6. Quem dispõe de autoridade legal para implementar a resposta?
- 7. Quais são as barreiras prováveis à implementação da resposta?

## **II. Avaliação do processo**

*A avaliação do processo começa no início do final da fase da resposta, e continua durante a fase da avaliação.*

**A.** *Implementamos, mesmo, a resposta? (Quanto mais próxima for a implementação da resposta daquilo que foi planeado, tanto maior será a nossa confiança de que foi a resposta o que causou as alterações ao problema, alterações estas documentadas na avaliação do impacto. Quanto mais divergências existirem entre aquilo que pretendemos e aquilo que ocorreu, tanto maior a probabilidade de que outros fatores, para além da resposta, sejam os responsáveis pelas alterações no problema).*

- 1. Será que implementamos a resposta na altura adequada?
- 2. Será que implementamos a resposta no local adequado?
- 3. Será que implementamos a resposta para o grupo adequado?
- 4. Será que implementamos a resposta de forma diferente da planeada?

**B.** *Será que implementamos a resposta suficientemente? (Podemos ter implementado a resposta, mas sem os recursos, a duração, ou a intensidade necessários para fazer com que a mesma fosse eficaz).*

- 1. Será que temos recursos suficientes para implementar completamente a resposta?
- 2. Será que implementamos a resposta durante o tempo suficiente para a mesma provocar efeitos?
- 3. Será que implementamos a resposta com suficiente intensidade?

### III. Avaliação do impacto

Muitas das decisões que precisamos tomar, para realizar uma avaliação do impacto, deverão ser tidas em consideração nas fases da análise e da resposta. Isto é particularmente verdade no tocante às decisões sobre as medidas a tomar.

**A.** Será que precisamos de um grupo de controlo? (Responder às seguintes questões ajuda-nos a decidir quanto à complexidade do esquema de avaliação).

- 1. Será que respondemos à questão I.A.1? Se sim, então não precisamos de um grupo de controlo.
- 2. Será que respondemos à questão I.A.2? Se sim, então devemos usar um grupo de controlo.

**B.** Com que frequência podemos medir o problema? (Responder às seguintes questões ajuda-nos a decidir até que ponto um esquema do tipo série temporal é possível).

- 1. Poderemos medir consistentemente o problema durante muitos períodos de tempo, antes e após a resposta? Se sim, então um esquema do tipo série temporal é praticável.
- 2. Poderemos medir o problema somente poucas vezes antes e após a resposta? Se sim, então um esquema série temporal não é praticável, pelo que necessitaremos de um esquema pré-pós.
- 3. Poderemos tomar algumas medidas do problema para muitos períodos de tempo antes e após a resposta, e outras medidas para somente uns poucos períodos de tempo antes e após a resposta? Se sim, então podemos usar tanto um esquema do tipo série temporal como um esquema pré-pós.

**C.** Que tipo de esquema de avaliação deveremos usar? (As nossas respostas às questões apontadas nas secções A e B, imediatamente acima indicadas, dar-nos-ão uma orientação básica para responder a esta questão, como mostrado na Tabela E.1. Obviamente, as resposta precisas dependem das circunstâncias particulares de cada esforço de resolução de problema).

**Tabela E.1.** Que tipo de esquema de avaliação faz mais sentido?

B. Questão verificada	A. Questão verificada	
	1	2
1	Esquema de série temporal interrompida	Esquema de série temporal múltiplo
2	Esquema pré-pós	Esquema pré-pós com grupo de controlo
3	Combinação dos esquemas acima	Combinação dos esquemas acima

**D.** *Que tipo de grupo de controlo precisamos? (Esta questão aplica-se somente no caso de escolhermos uma das opções da coluna 2 sob "A. Questão verificada" acima referida. Se escolhermos uma opção da coluna 1, então saltamos desta secção para a parte IV).*

- 1. *Iremos aplicar a resposta numa área geográfica identificável (local, bairro, etc.)? Se sim, então o grupo de controlo deverá ser uma área geográfica muito semelhante – com um problema semelhante – de preferência localizado a alguma distância da área de resposta.*
- 2. *Iremos aplicar a resposta a um grupo identificável de potenciais vítimas (jovens do sexo masculino, utentes dos transportes públicos, etc.)? Se sim, então o grupo de controlo deverá ser um grupo de potenciais vítimas muito semelhante.*
- 3. *Iremos aplicar a resposta a um grupo identificável de potenciais ofensores? Se sim, então o grupo de controlo deverá ser muito semelhante ao grupo de potenciais ofensores.*
- 4. *Iremos aplicar a resposta a algum outro grupo identificável de pessoas ou coisas? Se sim, então o grupo de controlo deverá ser um grupo muito semelhante de pessoas ou coisas.*
- 5. *Será que somos incapazes de identificar um grupo de controlo para esta avaliação? Se sim, então voltamos à Tabela E.1 e pegamos na opção mais adequada da coluna 1 sob "A. Questão verificada" e, de seguida, vamos para a parte IV.*

*No caso de verificarmos uma das primeiras quatro questões acima, então comparamos sistematicamente as características do grupo de resposta com as características do grupo de controlo, e registamos as maiores diferenças. Na parte V, teremos que considerar até que ponto outros fatores poderão ter causado a mudança no problema. A nossa lista de diferenças é uma lista de potenciais "outros fatores".*

#### **IV. Conclusões da avaliação**

*As seguintes questões prendem-se com a fase da avaliação e são aplicáveis logo que documentamos os resultados da nossa avaliação. Estas questões foram concebidas para nos ajudar a extrair conclusões consistentes com o nosso esquema avaliativo e com os resultados das nossas avaliações do impacto e do processo. Teremos ainda que responder a mais questões que as listadas aqui, para podermos interpretar completamente os resultados da nossa avaliação em particular.*

**A.** *A que conclusões chegamos a partir da nossa avaliação do processo?*

- 1. *Não implementamos a resposta.*
- 2. *Implementamos a resposta de uma maneira radicalmente diferente da que foi planeada.*
- 3. *Implementamos a resposta com recursos insuficientes, durante um período demasiado curto, ou sem a necessária intensidade.*
- 4. *Implementamos a resposta quase como o planeado, e com os recursos suficientes, durante o tempo necessário, e com a intensidade que era exigida.*



- B.** *A que conclusões chegamos a partir da avaliação do impacto? (Selecionamos o esquema que usamos – pré-pós, pré-pós com grupo de controlo, série temporal, ou série temporal múltipla. No caso de termos usado uma combinação de esquemas, então devemos interpretar a nossa avaliação de acordo com cada esquema em separado, utilizando as tabelas E.2 e E.3.)*

**Esquema pré-pós: Usa-se a Tabela E.2 para interpretar a nossa avaliação.**

- 1. O problema piorou após a resposta.
- 2. O problema não se alterou após a resposta.
- 3. O problema diminuiu após a resposta.

**Esquema pré-pós com grupo de controlo: Usa-se a Tabela E.3 para interpretar a nossa avaliação.**

- 1. O problema do grupo de resposta piorou, relativamente ao grupo de controlo.
- 2. O problema do grupo de resposta não se alterou, relativamente ao grupo de controlo.
- 3. O problema do grupo de resposta diminuiu, relativamente ao grupo de controlo.

**Esquema de série temporal: Usa-se a Tabela E.3 para interpretar a nossa avaliação.**

- 1. O problema piorou após a resposta.
- 2. O problema não se alterou após a resposta.
- 3. O problema diminuiu após a resposta.

**Esquema de série temporal múltipla: Usa-se a Tabela E.3 para interpretar a nossa avaliação.**

- 1. O problema do grupo de resposta piorou, relativamente ao grupo de controlo.
- 2. O problema do grupo de resposta não se alterou, relativamente ao grupo de controlo.
- 3. O problema do grupo de resposta diminuiu, relativamente ao grupo de controlo.

**V. Conclusões totais da avaliação do impacto**

*As respostas às seguintes questões são meras opiniões pessoais e refletem o nosso grau de confiança nas conclusões a que chegamos, em vez de uma avaliação completa e objetiva do que efetivamente ocorreu. Outras pessoas, ao examinar as mesmas evidências, poderão chegar a diferentes conclusões. Por esta razão, devemos responder a estas questões (e às que se seguem) após diversas pessoas, com diferentes perspetivas, terem examinado as informações resultantes da avaliação.*

- 1. Será que o problema diminuiu após a resposta?
- 2. No caso de o problema ter diminuído, será que ele diminuiu a uma velocidade maior após a resposta que antes da mesma?
- 3. Se o problema diminuiu mesmo, conseguiremos excluir outras justificáveis plausíveis para o declínio, para além da resposta? Usemos a nossa lista de diferenças entre os grupos de resposta e de controlo para nos ajudar a responder a esta questão.

Basedos nas nossas respostas às questões prévias, **estaremos razoavelmente seguros de que foi a resposta o que causou o declínio (se é que houve algum) no problema?**

**Tabela E.2.** Interpretando os resultados das avaliações do impacto e do processo (esquema pré-pós)

		<b>Resultados da Avaliação do Processo</b> Respostas à Questão IV.A	
		<b>4 Confirmado:</b> implementamos a resposta quase conforme o planeado	<b>1, 2 ou 3 confirmado:</b> Não implementamos a resposta; Implementamos a resposta de uma maneira radicalmente diferente do planeado; Ou implementamo-la com insuficiência de recursos, por tempo demasiado curto, ou sem a necessária intensidade
<b>Resultados da Avaliação do Impacto</b> Respostas à Questão IV.B (esquema pré-pós)	<b>3 Confirmado:</b> O problema diminuiu	<b>A.</b> A resposta poderá ter, ou não, causado a diminuição do problema. Apesar de tudo, o declínio ocorreu	<b>C.</b> Isto sugere que outros fatores podem ter causado o declínio no problema, ou que a resposta foi acidentalmente eficaz. Apesar de tudo, o declínio ocorreu
	<b>1 ou 2 confirmado:</b> O problema piorou ou não se alterou	<b>B.</b> A resposta parece não ter funcionado, embora seja possível que o problema possa ter aumentado (ou aumentado mesmo bastante) sem ela	<b>D.</b> Será que aprendemos um pouco com esta avaliação. Não é claro até que ponto devemos implementar a resposta planeada, ou reanalisar o problema e tentar uma resposta diferente
Seja qual for a interpretação (A, B, C, ou D), dispomos de evidências suficientes para ligar a resposta ao nível do problema. Os resultados da avaliação do impacto nem apoiam nem excluem a possibilidade de se vir a utilizar a resposta em problemas semelhantes			

- Sim** – No caso de termos tido em consideração todas as questões e termos respondido “Sim” a todas elas, então a Tabela E.3 poderá ser útil. Se tivermos usado somente um esquema pré-pós, então não conseguiremos responder “Sim” às questões 2 e 3. Se tivermos usado um esquema pré-pós com grupo de controlo, então não conseguiremos responder “Sim” à questão 2.

- 2. **Não** – No caso de termos respondido “Não” a qualquer das três questões, então deveremos interpretar a Tabela E.3 com extremo cuidado. Quaisquer recomendações que façamos relativamente à resposta deverão ser incluídas numa discussão franca das justificações alternativas.

**Tabela E.3.** Interpretando os resultados das avaliações do processo e do impacto (Noutros esquemas)

		<b>Resultados da Avaliação do Processo</b> Respostas à Questão IV.A	
		<b>4 confirmado:</b> Implementamos a resposta quase conforme o planeado	<b>1, 2, ou 3 confirmados:</b> Não implementamos a resposta; Implementamos a resposta de uma maneira radicalmente diferente daquela que foi planeada; Ou implementamos a resposta com recursos insuficientes, por um período de tempo demasiadamente curto, ou sem a intensidade requerida
<b>Resultados da Avaliação do Impacto</b> Respostas à Questão IV.B (Esquemas pré-pós com grupo de controlo, série temporal, ou série múltipla de tempo)	<b>3 confirmado:</b> O problema diminuiu	<b>A.</b> Isto é uma evidência de que a resposta causou o declínio no problema. A resposta é uma opção potencialmente útil para problemas semelhantes	<b>C.</b> Isto sugere que outros fatores poderão ter causado o declínio no problema, ou que a resposta foi acidentalmente eficaz. Não devemos recomendar esta resposta para tratar de problemas semelhantes, uma vez que não sabemos se ela causaria algum impacto
	<b>1 ou 2 confirmado:</b> O problema piorou ou não sofreu alterações	<b>B.</b> Isto é uma evidência de que a resposta foi ineficaz. A resposta provavelmente não deverá ser usada em problemas semelhantes. Devemos reanalisar o problema e tentar usar uma resposta diferente	<b>D.</b> Será que aprendemos um pouco com esta avaliação. Talvez se tivéssemos implementado a resposta conforme o planeado teríamos obtido melhores resultados, mas isto é especulativo. Nenhuma recomendações – sejam a favor ou contra a resposta – são válidas

## ***Notas finais***

1. *Pawson e Tilley (1997).*
2. *Eck e Spelman (1987); Office of Community Oriented Policing Services (1998).*
3. *Matthews (1992).*
4. *Eck (2002).*
5. *Clarke (1992).*
6. *Cornish e Clarke (1986); Eck (1993); Hesseling (1995).*
7. *Clarke e Weisburd (1994).*

## Referências

Clarke, R. (1992). **Situational Crime Prevention: Successful Case Studies**. Albany, N.Y.: Harrow e Heston.

Clarke, R., e D. Weisburd (1994). "Diffusion of Crime Control Benefits: Observations on the Reverse of Displacement." Em R. Clarke (ed.), **Crime Prevention Studies, Vol. 2**. Monsey, N.Y.: Criminal Justice Press.

Cornish, D., e R. Clarke (1986). "Situational Prevention, Displacement of Crime and Rational Choice Theory." Em K. Heal e G. Laycock (eds.), **Situational Crime Prevention: From Theory Into Practice**. London: Her Majesty's Stationery Office.

Eck, J. (2002). "Preventing Crime at Places." Em L. W. Sherman, D. Farrington, e B. Welsh (eds.), **Evidence-Based Crime Prevention**. New York: Routledge.

— (1993). "The Threat of Crime Displacement." *Criminal Justice Abstracts* 25:527–546.

Eck, J., e E. Maguire (2000). "Have Changes in Policing Reduced Violent Crime? An Assessment of the Evidence." Em A. Blumstein e J. Wallman (eds.), **The Crime Drop in America**. New York: Cambridge University Press.

Eck, J., e W. Spelman (1987). **Problem-Solving: Problem-Oriented Policing in Newport News**. Washington, D.C.: Police Executive Research Forum.

Hesseling, R. (1995). "Displacement: A Review of the Empirical Literature." Em R. Clarke (ed.), **Crime Prevention Studies, Vol. 3**. Monsey, N.Y.: Criminal Justice Press.

Matthews, R. (1992). "Developing More Effective Strategies for Curbing Prostitution." Em R. Clarke (ed.), **Situational Crime Prevention: Successful Case Studies (1st ed.)**. New York: Harrow and Heston.

Office of Community Oriented Policing Services (1998). **Problem-Solving Tips: A Guide to Reducing Crime and Disorder Through Problem-Solving Partnerships**. Washington, D.C.: U.S. Department of Justice, Office of Community Oriented Policing Services.

Pawson, R., e N. Tilley (1997). **Realistic Evaluation**. London: Sage.



## Acerca do autor

### **John E. Eck**

*John Eck é professor de Justiça Criminal na University of Cincinnati, onde ministra cursos de graduação em métodos de pesquisa, eficácia policial, políticas criminais, e prevenção criminal. Juntamente com Ronald V. Clarke, é co-autor do livro "Becoming a Problem-Solving Crime Analyst". Eck é doutorado pela University of Maryland desde 1994, e é mestre em políticas públicas pela University of Michigan desde 1977. De 1977 a 1994, foi diretor de estudos para o Police Executive Research Forum, em Washington, D.C., onde realizou estudos sobre gestão de investigações criminais e mercados de estupefacientes, e ajudou a testar e a implementar o policiamento orientado para a resolução de problemas em inúmeras agências policiais por todos os EUA. De 1995 a 1998, Eck foi avaliador coordenador para a Washington/Baltimore High-Intensity Drug Trafficking Area, onde desenvolveu métodos para avaliar a eficácia do combate ao tráfico de droga. Eck é autor de uma extensa bibliografia dedicada ao policiamento orientado aos problemas, ao mapeamento do crime, aos mercados de droga, à simulação informática de padrões criminais, e à prevenção criminal. Foi membro da National Academy of Sciences Committee on Police Policy and Research e é membro do júri do prêmio British Home Office's Tilley Award for Problem-Solving Excellence. Os interesses de estudo de Eck incluem as causas e a prevenção do crime e das incivilidades, e sobre as formas como os padrões criminais se desenvolvem e se alteram.*

## Leituras recomendadas

As seguintes publicações fornecem informações mais extensas acerca dos métodos de avaliação. Algumas foram redigidas para a polícia, outras para alunos universitários, e ainda outras para estudiosos.

Bachman, Ronet, e Russell K. Schutt (2001). **The Practice of Research in Criminology and Criminal Justice**. Thousand Oaks, California: Pine Forge Press. Este texto, de nível universitário, fornece uma descrição muito bem redigida da teoria e da prática de recolha de dados, dos esquemas de medição e de estudo conforme são aplicados aos estudos e à avaliação de programas de justiça criminal.

Campbell, Donald T., e Julian C. Stanley (1963). **Experimental and Quasi-Experimental Designs for Research**. New York: Houghton Mifflin. Esta é a “bíblia” dos esquemas avaliativos. Eventualmente todos os textos relativos aos métodos adaptam as matérias contidas neste livro. Continua a ser indispensável, e embora seja curto, em certa medida, não é de leitura rápida.

Clarke, Ronald V. (1992). **Situational Crime Prevention: Successful Case Studies**. Albany, New York: Harrow and Heston. Os estudos de caso contidos neste volume ilustram uma ampla variedade de aplicações dos esquemas avaliativos.

Converse, Jean M., e Stanley Presser (1986). **Survey Questions: Handcrafting the Standardized Questionnaire**. Thousand Oaks, California: Sage. Este livro é uma normalização de referência nos estudos de inquéritos. O seu título explica o seu conteúdo.

Czaja, Ronald, e Johnny Blair (1996). **Designing Surveys: A Guide to Decisions and Procedures**. Thousand Oaks, California: Pine Forge Press. Este é um guia introdutório à conceção de questionários para inquéritos.

Eck, John E., e Nancy La Vigne (1994). **Using Research: A Primer for Law Enforcement Managers** (2nd ed.). Washington, D.C.: Police Executive Research Forum. Este curto livro foi desenvolvido para os agentes policiais que não dispõem de preparação prévia em estudos e estatísticas. Ele trata da maioria dos fundamentos e serve de ponte para textos introdutórios mais avançados utilizados em muitos cursos universitários.

Eck, John E., e Nancy La Vigne (1993). **Police Guide to Surveying Citizens and Their Environment**. Washington, D.C.: Bureau of Justice Assistance. NCJ No. 143711. Esta monografia descreve as bases para se realizarem inquéritos à população e ao ambiente físico. Ele contém um número de exemplos e de instrumentos para realizar inquéritos. Ele poderá ser descarregado de [www.ncjrs.org](http://www.ncjrs.org)

Harries, Keith (1999). **Mapping Crime: Principle and Practice**. Washington, D.C.: National Institute of Justice, U.S. Department of Justice. Esta é uma excelente introdução aos princípios do mapeamento criminal.

Hoover, Larry T. (1998). **Police Program Evaluation**. Washington, D.C.: Police Executive Research Forum e Sam Houston State University. Este compêndio de artigos descreve a forma como a avaliação pode ser aplicada a uma diversidade de funções policiais. Embora não tenha sido concebido para, explicitamente, os projetos de policiamento orientado aos problemas, os exemplos e os conceitos são frequentemente transferíveis.



Kosslyn, Stephen M. (1994). **Elements of Graph Design**. New York: W.H. Freeman. Este livro, muito bem organizado, oferece conselhos práticos e diretos sobre como criar tabelas eficazes, gráficos e figuras com dados. Ele está cheio de bons e de maus exemplos.

Trochim, William (2001). **The Research Methods Knowledge Base**. Cincinnati, Ohio: Atomicdog. [www.atomicdogpublishing.com](http://www.atomicdogpublishing.com). Este texto universitário foi concebido para ser utilizado online, mas encontra-se disponível em versão de papel. É muito prático e mostra como se podem criar esquemas avaliativos complexos a partir de esquemas simples de forma a tratar determinadas situações em particular. Ele também contém uma excelente discussão das medições e das amostragens.

Weisburd, David (1998). **Statistics in Criminal Justice**. Belmont, California: Wadsworth. Este é um texto universitário introdutório, muito bem escrito, sobre estatísticas, levando o leitor dos rudimentos mais básicos para um nível intermédio.

Weisel, Deborah (1999). **Conducting Community Surveys: A Practical Guide for Law Enforcement Agencies**. Washington, D.C.: Bureau of Justice Statistics and Office of Community Oriented Policing Services. NCJ No. 178246. Este guia prático, dirigido às agências de polícia, é acompanhado de software sobre inquéritos de vitimização criminal desenvolvido pelo Bureau of Justice Statistics and the Office of Community Oriented Policing Services. Ele descreve a forma como os inquéritos têm sido usados para melhorar os serviços dedicados ao policiamento, como identificar os objetivos dos inquéritos, e os procedimentos para a gestão dos inquéritos e a sua análise. Ele pode ser descarregado de [www.puborder.ncjrs.org](http://www.puborder.ncjrs.org)

## Outros guias policiais orientados para os problemas

### Série de guias para problemas específicos:

1. **Assaults in and Around Bars, 2nd Edition.** Michael S. Scott e Kelly Dedel. 2006. ISBN: 1-932582-00-2
2. **Street Prostitution, 2nd Edition.** Michael S. Scott e Kelly Dedel. 2006. ISBN: 1-932582-01-0
3. **Speeding in Residential Areas, 2nd Edition.** Michael S. Scott com David K. Maddox. 2010. ISBN: 978-1-935676-02-7
4. **Drug Dealing in Privately Owned Apartment Complexes.** Rana Sampson. 2001. ISBN: 1-932582-03-7
5. **False Burglar Alarms, 2nd Edition.** Rana Sampson. 2007. ISBN: 1-932582-04-5
6. **Disorderly Youth in Public Places.** Michael S. Scott. 2001. ISBN: 1-932582-05-3
7. **Loud Car Stereos.** Michael S. Scott. 2001. ISBN: 1-932582-06-1
8. **Robbery at Automated Teller Machines.** Michael S. Scott. 2001. ISBN: 1-932582-07-X
9. **Graffiti.** Deborah Lamm Weisel. 2002. ISBN: 1-932582-08-8
10. **Thefts of and From Cars in Parking Facilities.** Ronald V. Clarke. 2002. ISBN: 1-932582-09-6
11. **Shoplifting.** Ronald V. Clarke. 2002. ISBN: 1-932582-10-X
12. **Bullying in Schools.** Rana Sampson. 2002. ISBN: 1-932582-11-8
13. **Panhandling.** Michael S. Scott. 2002. ISBN: 1-932582-12-6
14. **Rave Parties.** Michael S. Scott. 2002. ISBN: 1-932582-13-4
15. **Burglary of Retail Establishments.** Ronald V. Clarke. 2002. ISBN: 1-932582-14-2
16. **Clandestine Methamphetamine Labs, 2nd Edition.** Michael S. Scott e Kelly Dedel. 2006. ISBN: 1-932582-15-0
17. **Acquaintance Rape of College Students.** Rana Sampson. 2002. ISBN: 1-932582-16-9
18. **Burglary of Single-Family Houses.** Deborah Lamm Weisel. 2002. ISBN: 1-932582-17-7
19. **Misuse and Abuse of 911.** Rana Sampson. 2002. ISBN: 1-932582-18-5
20. **Financial Crimes Against the Elderly.** Kelly Dedel Johnson. 2003. ISBN: 1-932582-22-3
21. **Check and Card Fraud.** Graeme R. Newman. 2003. ISBN: 1-932582-27-4
22. **Stalking.** The National Center for Victims of Crime. 2004. ISBN: 1-932582-30-4
23. **Gun Violence Among Serious Young Offenders.** Anthony A. Braga. 2004. ISBN: 1-932582-31-2
24. **Prescription Fraud.** Julie Wartell e Nancy G. La Vigne. 2004. ISBN: 1-932582-33-9
25. **Identity Theft.** Graeme R. Newman. 2004. ISBN: 1-932582-35-3
26. **Crimes Against Tourists.** Ronald W. Glesnor e Kenneth J. Peak. 2004. ISBN: 1-932582-36-3
27. **Underage Drinking.** Kelly Dedel Johnson. 2004. ISBN: 1-932582-39-8
28. **Street Racing.** Kenneth J. Peak e Ronald W. Glesnor. 2004. ISBN: 1-932582-42-8
29. **Cruising.** Kenneth J. Peak e Ronald W. Glesnor. 2004. ISBN: 1-932582-43-6
30. **Disorder at Budget Motels.** Karin Schmerler. 2005. ISBN: 1-932582-41-X
31. **Drug Dealing in Open-Air Markets.** Alex Harocopos e Mike Hough. 2005. ISBN: 1-932582-45-2
32. **Bomb Threats in Schools.** Graeme R. Newman. 2005. ISBN: 1-932582-46-0
33. **Illicit Sexual Activity in Public Places.** Kelly Dedel Johnson. 2005. ISBN: 1-932582-47-9
34. **Robbery of Taxi Drivers.** Martha J. Smith. 2005. ISBN: 1-932582-50-9
35. **School Vandalism and Break-Ins.** Kelly Dedel Johnson. 2005. ISBN: 1-932582-51-7
36. **Drunk Driving.** Michael S. Scott, Nina J. Emerson, Louis B. Antonacci, e Joel B. Plant. 2006. ISBN: 1-932582-57-6
37. **Juvenile Runaways.** Kelly Dedel. 2006. ISBN: 1-932582-56-8
38. **The Exploitation of Trafficked Women.** Graeme R. Newman. 2006. ISBN: 1-932582-59-2
39. **Student Party Riots.** Tamara D. Madensen e John E. Eck. 2006. ISBN: 1-932582-60-6
40. **People with Mental Illness.** Gary Cordner. 2006. ISBN: 1-932582-63-0
41. **Child Pornography on the Internet.** Richard Wortley e Stephen Smallbone. 2006. ISBN: 1-932582-65-7

42. **Witness Intimidation.** Kelly Dedel. 2006. ISBN: 1-932582-67-3
43. **Burglary at Single-Family House Construction Sites.** Rachel Boba e Roberto Santos. 2006. ISBN: 1-932582-00-2
44. **Disorder at Day Laborer Sites.** Rob Guerette. 2007. ISBN: 1-932582-72-X
45. **Domestic Violence.** Rana Sampson. 2007. ISBN: 1-932582-74-6
46. **Thefts of and from Cars on Residential Streets and Driveways.** Todd Keister. 2007. ISBN: 1-932582-76-2
47. **Drive-By Shootings.** Kelly Dedel. 2007. ISBN: 1-932582-77-0
48. **Bank Robbery.** Deborah Lamm Weisel. 2007. ISBN: 1-932582-78-9
49. **Robbery of Convenience Stores.** Alicia Altizio e Diana York. 2007. ISBN: 1-932582-79-7
50. **Traffic Congestion Around Schools.** Nancy G. La Vigne. 2007. ISBN: 1-932582-82-7
51. **Pedestrian Injuries and Fatalities.** Justin A. Heinonen e John E. Eck. 2007. ISBN: 1-932582-83-5
52. **Bicycle Theft.** Shane D. Johnson, Aiden Sidebottom, e Adam Thorpe. 2008. ISBN: 1-932582-87-8
53. **Abandoned Vehicles.** Michael G. Maxfield. 2008. ISBN: 1-932582-88-6
54. **Spectator Violence in Stadiums.** Tamara D. Madensen e John E. Eck. 2008. ISBN: 1-932582-89-4
55. **Child Abuse and Neglect in the Home.** Kelly Dedel. 2010. ISBN: 978-1-935676-00-3
56. **Homeless Encampments.** Sharon Chamard. 2010. ISBN: 978-1-935676-01-0
57. **Stolen Goods Markets.** Michael Sutton. 2010. ISBN: 978-1-935676-09-6
58. **Theft of Scrap Metal.** Brandon R. Kooi. 2010. ISBN: 978-1-935676-12-6
59. **Street Robbery.** Khadija M. Monk, Justin A. Heinonen, e John E. Eck. 2010. ISBN: 978-1-935676-13-3
60. **Theft of Customers' Personal Property in Cafés and Bars.** Shane D. Johnson, Kate J. Bowers, Lorraine Gamman, Loreen Mamerow e Anna Warne. 2010. ISBN: 978-1-935676-15-7
61. **Aggressive Driving.** Colleen Laing. 2010. ISBN: 978-1-935676-18-8
62. **Sexual Assault of Women by Strangers.** Kelly Dedel. 2011. ISBN: 978-1-935676-43-0

### **Série de guias de resposta:**

1. **The Benefits and Consequences of Police Crackdowns.** Michael S. Scott. 2003. ISBN: 1-932582-24-X
2. **Closing Streets and Alleys to Reduce Crime: Should You Go Down This Road?** Ronald V. Clarke. 2004. ISBN: 1-932582-41-X
3. **Shifting and Sharing Responsibility for Public Safety Problems.** Michael S. Scott e Herman Goldstein. 2005. ISBN: 1-932582-55-X
4. **Video Surveillance of Public Places.** Jerry Ratcliffe. 2006. ISBN: 1-932582-58-4
5. **Crime Prevention Publicity Campaigns.** Emmanuel Barthe. 2006. ISBN: 1-932582-66-5
6. **Sting Operations.** Graeme R. Newman com a ajuda de Kelly Socia. 2007. ISBN: 1-932582-84-3
7. **Asset Forfeiture.** John L. Worall. 2008. ISBN: 1-932582-90-8
8. **Improving Street Lighting to Reduce Crime in Residential Areas.** Ronald V. Clarke. 2008. ISBN: 1-932582-91-6
9. **Dealing With Crime and Disorder in Urban Parks.** Jim Hilborn. 2009. ISBN: 1-932582-92-4
10. **Assigning Police Officers to Schools.** Barbara Raymond. 2010. ISBN: 978-1-935676-14-0

### **Série de instrumentos para resolução de problemas:**

1. **Assessing Responses to Problems: An Introductory Guide for Police Problem-Solvers.** John E. Eck. 2002. ISBN: 1-932582-19-3
2. **Researching a Problem.** Ronald V. Clarke e Phyllis A. Schultz. 2005. ISBN: 1-932582-48-7
3. **Using Offender Interviews to Inform Police Problem-Solving.** Scott H. Decker. 2005. ISBN: 1-932582-49-5
4. **Analyzing Repeat Victimization.** Deborah Lamm Weisel. 2005. ISBN: 1-932582-54-1

5. **Partnering with Businesses to Address Public Safety Problems.** Sharon Chamard. 2006. ISBN: 1-932582-62-2
6. **Understanding Risky Facilities.** Ronald V. Clarke e John E. Eck. 2007. ISBN: 1-932582-75-4
7. **Implementing Responses to Problems.** Rick Brown e Michael S. Scott. 2007. ISBN: 1-932582-80-0
8. **Using Crime Prevention Through Environmental Design in Problem-Solving.** Diane Zahm. 2007. ISBN: 1-932582-81-9
9. **Enhancing the Problem-Solving Capacity of Crime Analysis Units.** Matthew B. White. 2008. ISBN: 1-932582-85-1
10. **Analyzing Crime Displacement and Diffusion.** Rob T. Guerette. 2009. ISBN: 1-932582-93-2

### **Publicações especiais:**

- Crime Analysis for Problem Solvers in 60 Small Steps.** Ronald V. Clarke e John E. Eck, 2005. ISBN:1-932582-52-5
- Policing Terrorism: An Executive's Guide.** Graeme R. Newman e Ronald V. Clarke. 2008.
- Effective Policing and Crime Prevention: A Problem-Oriented Guide for Mayors, City Managers, and County Executives.** Joel B. Plant e Michael S. Scott. 2009.

### **Guias orientados aos problemas a publicar**

#### **Guias para problemas específicos**

Abandoned Buildings and Lots  
 Animal Abuse  
 Chronic Public Inebriation  
 Drug-Impaired Driving Gasoline  
 Drive-Offs Home Invasion  
 Robbery  
 Missing Persons  
 Prescription Fraud and Abuse, 2nd Edition  
 Shoplifting, 2nd Edition  
 Theft of Vehicles for Export Across Land Borders  
 Understanding Hot Products

#### **Instrumentos para resolução de problemas**

Understanding Repeat Offending

#### **Guias de resposta**

Monitoring Offenders on Conditional Release  
 Using Civil Actions Against Property to Control Crime Problems

#### **Publicações especiais**

Intelligence Analysis and Problem-Solving  
 Problem-Oriented Policing Implementation Manual

*Para uma lista mais completa e atualizada de todos os Guias POP disponíveis, ver o website do Center for Problem-Oriented Policing em [www.popcenter.org](http://www.popcenter.org).*

*Para mais informações acerca das series policies dos Guias Orientados para os Problemas e outras publicações do COPS Office, telefone para o COPS Office Response Center através do n.º 800.421.6770, via e-mail para [askCOPSRC@usdoj.gov](mailto:askCOPSRC@usdoj.gov), ou visite o COPS Online em [www.cops.usdoj.gov](http://www.cops.usdoj.gov).*

## Center for Problem-Oriented Policing

### *Tem um problema? Nós temos a resposta!*

Ligue-se ao website do “Center for Problem-Oriented Policing” em [www.popcenter.org](http://www.popcenter.org) para aceder a um conjunto de informações de grande valor que o ajudarão a lidar com mais eficácia com o crime e a desordem na sua comunidade, incluindo:



[www.PopCenter.org](http://www.PopCenter.org)

- Versões melhoradas de todos os Guias normalmente disponíveis
- Exercícios Interativos de treino
- Acesso on-line a estudos e a práticas policiais
- Um módulo online para análise de problemas.

Concebidos para a polícia e para aqueles que com ela trabalham na resolução dos problemas comunitários, o [www.popcenter.org](http://www.popcenter.org) é um excelente recurso para o policiamento orientado para a resolução dos problemas.

